



**MEDIAÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS NO  
AMBIENTE ESCOLAR – UMA ANÁLISE DA  
REALIDADE E PROPOSTAS DE SOLUÇÕES**

**AUTORA: SAMARA F. VIEIRA FERREIRA COSTA**

**ORIENTADORA: PROF.<sup>a</sup> ESP. SARA MARIA C. DE OLIVEIRA**

**São Sebastião do Paraíso – MG  
2014**

# **MEDIAÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS NO AMBIENTE ESCOLAR – UMA ANÁLISE DA REALIDADE E PROPOSTAS DE SOLUÇÕES**

**AUTORA: SAMARA F. VIEIRA FERREIRA COSTA**

Monografia apresentada à Faculdade Calafiori de São Sebastião do Paraíso como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.  
Orientadora: Professora Esp. Sara Maria Caixeta de Oliveira.

**São Sebastião do Paraíso – MG  
2014**

**TEMA: Mediação De Conflitos Interpessoais No Ambiente  
Escolar – Uma Análise Da Realidade E Propostas De  
Soluções**

**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**AValiação:( ) \_\_\_\_\_**

---

**Professor Orientador**

---

**Professor Avaliador da Banca**

---

**Professor Avaliador da Banca**

Dedico esta, bem como todas as minhas demais conquistas, aos meus amados pais (José e Regina), minha irmã (Simone) e minha preciosa sobrinha (Cecília - meu melhor e maior presente).

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, meu sustentáculo.

À minha orientadora Professora Especialista Sara Maria Caixeta de Oliveira, exemplo de competência e dedicação.

À minha família, pela paciência em tolerar minha ausência e ansiedade.

*Somos todos anjos com uma asa só  
E só podemos voar quando abraçados uns aos outros.*

(Leo Buscaglia, apud Crescenzo, 2014, p. 1).

## RESUMO

O tema desse trabalho contempla a questão da violência nas escolas e mediação de conflitos, sendo que o objetivo geral é promover o diálogo entre a pesquisa acadêmica e a prática cotidiana nas escolas a respeito de uma especial questão de urgência social, com o propósito de contribuir para a compreensão da gênese e complexidade da violência no ambiente escolar e para sua redução por meio do processo de mediação. O estudo faz-se justificável, pois atualmente do que mais se tem falado fora a qualidade na educação, é do tema violência nas escolas. Além do que a violência nas escolas é um fenômeno de extrema importância para reflexão, devido sua complexidade e, acima de tudo, constitui grave problema social. A pesquisa foi realizada, em sua primeira etapa, por um referencial teórico, por meio de revisão bibliográfica distribuída em três capítulos e, na segunda, foi feita uma pesquisa de campo, descritiva e qualitativa; realizada em 3 (três) escolas de São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais, sendo que 06 (seis) educadoras foram entrevistadas. Os resultados apontam que independente de a escola ser central ou não, particular ou estadual, a violência nelas está presente. Concluiu-se que as educadoras, a seu modo, realizam o papel de mediadoras de conflitos, sendo que algumas intervêm antes do ocorrido, por meio de conselhos, projetos; outras após o ocorrido. Mas, que apesar do trabalho realizado, disseram que as famílias devem também auxiliá-las, fato que não tem ocorrido com tanta frequência.

**Palavras-chave:** violência; mediação; escolas; educadores; família.



## **ABSTRACT**

The theme of school violence and conflict mediation contemplates the topic of this work, with the overall goal is to promote dialogue between academic research and everyday practice in schools regarding a particular matter of social urgency, in order to contribute to the understanding of the genesis and complexity of violence in the school environment and its reduction through the mediation process. The study makes it justifiable, because currently what else has spoken out quality education, is the theme of violence in schools. In addition, violence in schools is a phenomenon of extreme importance for reflection, because of its complexity and above all is a serious social problem. The research was performed in its first stage by a theoretical framework, through literature review distributed in three chapters and the second was taken a field research, descriptive and qualitative; held within three (3) schools of São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais, and six (06) teachers were interviewed. The results indicate that regardless of the school is central or not, private or state, violence is present. It was concluded that the educators in their own way, perform the role of mediating conflicts, some of which occurred prior to intervene, through councils, projects, others after the fact. But, that despite the work, said that families should also help them, a fact that has not occurred so often.

**Key-words:** violence;mediation;schools;educators; family.

# SUMÁRIO

<b>1- INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2- A VIOLÊNCIA NA ESCOLA: CONFLITOS SOCIAIS DA ATUALIDADE.....</b>	<b>14</b>
2.1 Violência: Conceituação e Evolução.....	14
2.2 Violência nas escolas: situação e perspectivas.....	21
2.2.1 Família e sua centralidade na formação da criança e adolescente.....	21
2.2.2 Situação, causas e perspectivas da violência nas escolas.....	26
<b>3-MEDIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: OPORTUNIDADE DA CONVIVÊNCIA ESCOLAR.....</b>	<b>45</b>
3.1 Mediação de Conflitos.....	45
3.2 Tipos de mediação.....	46
3.3 Etapas da mediação.....	47
3.4 O professor como mediador na escola.....	48
3.5 A Mediação Escolar na história do movimento de Resolução Alternativa de Conflitos (RAC).....	53
3.6 Medidas Governamentais .....	58
<b>4- PESQUISA DE CAMPO.....</b>	<b>66</b>
4.1 Descrição da investigação.....	66
4.2 Entrevistas Aplicadas.....	66
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>85</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>90</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este é um trabalho de conclusão do curso de Pedagogia da Faculdade Calafiori. Trata de um assunto recorrente no cotidiano escolar - a violência e suas mais diversas formas de manifestação, suas causas, seu combate e sua complexidade como uma marca da contemporaneidade.

Atitudes violentas resultam em assaltos, homicídios, sequestros, tráfico de drogas, agressões físicas e desigualdades sociais; a violência revela a fragilidade social e a necessidade de implementação de políticas públicas mais eficientes.

As causas dessa violência são geralmente o desrespeito humano, o descontrole emocional, as frustrações, as patologias mentais e imitações de reproduções midiáticas.

A violência é tema atual e motivo de medo que mobiliza a sociedade moderna. Os pais, amedrontados com a violência nas ruas, e temendo acontecer alguma coisa de ruim com seus filhos, compram um computador com internet e lhes dão de presente. Porém, a violência se instala na tela e teclados de um computador. Ela está no campo, nos estádios de futebol, vilas, ruas, no ambiente familiar, nas escolas, nas redes sociais da internet, em todos os lugares e a comunidade, amedrontada, exige providências das instâncias governamentais.

É a violência um fenômeno tão complexo que atinge todo espaço social e não poupa, como parte dessa sociedade, a escola, perpassando o âmbito escolar.

Assim, justifica-se o tema em questão por vários motivos especiais, como pelo fato de que atualmente o que mais se tem falado afóra a qualidade na educação, é o tema violência nas escolas. Além de a violência nas escolas ser um fenômeno de extrema importância para reflexão devido à sua complexidade, acima de tudo constitui grave problema social.

A escola, na maioria das vezes, busca solucionar os seus conflitos e violência com o auxílio de intervenientes, sendo que a mediação trata de uma forma de prevenir futuros conflitos, pois trabalha colaborando, respeitando e possuindo responsabilidade coibindo uma cultura de culpa, imposição e obrigação. Assim, destacar a violência junto ao termo mediação é de extrema importância para os envolvidos na Educação para a Paz. O sucesso de um projeto de mediação na

escola depende do envolvimento de todas as figuras do contexto escolar, sendo este mais um motivo e uma justificativa quanto a estudar o tema em questão.

Assim, evoca-se o problema da pesquisa: Os professores de instituições de ensino de uma cidade do interior do Estado de Minas Gerais têm um papel consciente na mediação de conflitos escolares?

O trabalho tem o objetivo geral de promover o diálogo entre a pesquisa acadêmica e a prática cotidiana nas escolas a respeito de uma especial questão de urgência social, com o propósito de contribuir para a compreensão da gênese e complexidade da violência no ambiente escolar e para sua redução por meio do processo de mediação.

Como objetivos específicos, pretende discutir a urgência de refletir sobre a questão da violência; evidenciar os diferentes fatores relacionados à violência e identificar as suas influências no clima escolar, nas relações interpessoais estabelecidas e na percepção que se tem sobre a escola; identificar de que forma os membros da comunidade podem, por um lado, ser agentes de manifestações violentas na escola e, por outro, contribuir para que estas não ocorram; verificar como a ocorrência de diversos tipos de violência traz, para dentro da escola, questões macrossociais como a exclusão e as desigualdades econômicas e sociais; desestimular a perpetuação de uma visão naturalizada e banalizada da violência nas escolas, identificando os prejuízos que ela produz no cotidiano escolar e na vida daqueles que dele fazem parte; proporcionar a reflexão sobre as ações necessárias na prevenção e no combate à violência nas escolas e sobre os elementos necessários para tal.

Assim, a pesquisa foi realizada, em sua primeira etapa, a partir de um referencial teórico, por meio de revisão bibliográfica, distribuída em três capítulos.

Num primeiro momento, o enfoque é sobre a violência globalizada, um mal que assola muitos países, algumas situações da atualidade e conceitos acerca da violência, incivilidades, violência simbólica ou institucional e evolução do fenômeno.

A seguir, é feita uma análise sobre a violência nas escolas: sua situação, causas e perspectivas. Alguns fatos que se tornaram manchete nos jornais são lembrados e teorias sobre os diversos tipos de violência nas escolas são difundidas, associadas aos seus defensores.

O capítulo “A Mediação no Contexto Escolar: Oportunidade da Convivência Escolar” contempla noções gerais de mediação de conflitos e, especificamente, a

mediação escolar na história do movimento de Resolução Alternativa de Conflitos (RAC).

Entre os autores, foram consultados Abramovay e Rua (2002); Araújo (2002); Chrispino (2007); Leal (2004); Machado (2008); Muszkat (2003); Sampaio (2007); Souza (2008); Trassi (2006); Zaluar (2014), Skinner (1971), Bock ( ) e outros.

Em síntese, o trabalho propõe a mediação como uma forma de intervenção no contexto escolar, partindo do pressuposto de que os princípios que sustentam o processo de mediação funcionam como verdadeiros catalizadores da mudança. A voluntariedade e a confidencialidade do processo, aliadas à neutralidade e imparcialidade do mediador (que não impõe soluções) contribuem para o *empowerment* das partes em conflito. A mediação tem por base a convicção de que todos são capazes de adquirir competências e desenvolver capacidades para a resolução de problemas, de uma forma positiva e criativa, através do diálogo. Ao trabalhar com valores como o reconhecimento e a responsabilidade, ao permitir a legitimação e a resolução de problemas com base na cooperação, diminuindo os níveis de tensão produzidos com o conflito, a autoridade não é ameaçada mas, antes, legitimada e reconhecida.

Sabendo-se que suas manifestações se modificam, atualizando-se de acordo com o contexto histórico-social e a necessidade de associação da pesquisa acadêmica com a prática cotidiana, o trabalho culmina com uma pesquisa de campo, pesquisa descritiva e qualitativa; realizada em 3 (três) escolas de São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais, sendo 06 (seis) educadoras selecionadas a partir da localização das diferentes unidades escolares, sendo uma central (Estadual), outra, periférica (Estadual) e, a última, particular.

Professoras de turmas da Educação Fundamental participaram da entrevista respondendo a dez perguntas e subsidiando uma análise da situação das escolas diante da questão da violência. Portanto, a pesquisadora se dirigiu intencionalmente a grupos de elementos dos quais desejou saber a opinião.

Viu-se que, independente de as escolas de São Sebastião do Paraíso serem localizadas na periferia ou mesmo central, ou particular, a violência está presente, felizmente não tão agravante, com tantas agressões físicas, mas agressão verbal na relação professor/aluno e extraclasse, ao final das aulas, na porta da escola entre aluno/aluno. Assim, esta questão bastante delicada tem sido alvo de grande

interesse por parte das instituições no sentido de realização de projetos, reuniões e de mediação de conflitos.

Os professores das instituições pesquisadas têm um papel consciente na mediação de conflitos escolares, buscando prevenir a violência por meio de muito diálogo, conhecer a experiência de vida do aluno, trazer a família para dentro das escolas para que possa fortalecer o trabalho e resgatar valores. Enfim, realizam boas ações que beneficiam a exclusão da violência escolar. Outros educadores já preferem mediar os conflitos quando o ato violento ocorre, de forma a apresentar uma resolução pacífica para ambos os interessados.

## 2 A VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA ESCOLA: CONFLITOS SOCIAIS DA ATUALIDADE

### 2.1 Violência: Conceituação e Evolução

A divulgação de estudos sobre violência sexual do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão do governo federal, no dia 27/3/2014, parecia revelar o lado machista do brasileiro. Entre os dados divulgados, por exemplo, estaria o de que 65,1% dos entrevistados concordavam com a afirmação "Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas." O alto índice de tolerância da sociedade com a violência e o abuso sexual também assustara especialistas. Para eles, o Brasil ainda era dominado por um pensamento que defende a supremacia masculina. Uma demonstração explícita de violência.

A pesquisa do Ipea reforçaria a tese de que a maior parte dos brasileiros ainda acha que a mulher é culpada pelo estupro, uma questão cultural que precisa ser questionada. Chamados a se posicionar diante da sentença "Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros", 58,5% dos entrevistados concordaram total ou parcialmente. A sociedade brasileira ainda tem muito que avançar em relação ao machismo. Toda mulher tem que ser livre para se vestir do jeito que quiser ou achar confortável, e não de acordo com o descontrole masculino. É abominável o assédio ou qualquer tipo de violência contra a mulher.

Em razão da pesquisa, a jornalista Nana Queiroz, de Brasília, lançou um protesto chamado "Eu não mereço ser estuprada", que se espalhou pelas redes sociais, com fotos de homens e mulheres reproduzindo a frase em fotos pessoais. Pelo Twitter, ela disse que foi ameaçada de estupro devido à repercussão da campanha e recebeu a solidariedade da Presidente Dilma. A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, também aderiu à campanha e publicou foto com os dizeres "As mulheres não merecem ser estupradas".

Porém, no dia 4/4/2014, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com pedido de desculpa, informou que errara ao divulgar na semana passada pesquisa segundo a qual 65,1% dos brasileiros concordavam inteira ou parcialmente com a frase

"Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas". De acordo com o Instituto, o percentual correto seria 26%.

O diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, o cientista social Rafael Guerreiro Osório, pediu exoneração assim que o erro foi constatado, informou o Instituto. Osório ingressou no Ipea em 1999 e é autor de estudos sobre mobilidade social, desigualdade e pobreza.

A Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) é uma fundação pública federal vinculada ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Brasil, criada em 1964, assumindo o nome atual em 1967, quando se tornou uma organização pública. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações do governo para a formulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento. Os trabalhos do Ipea são disponibilizados para a sociedade por meio de publicações, seminários e um programa semanal de rádio e TV. O Ipea tem por finalidade realizar pesquisas e estudos sociais e econômicos. O Instituto dá apoio técnico e institucional ao governo na avaliação, formulação e acompanhamento de políticas públicas e programas de desenvolvimento.

Depois dos acontecimentos, fica a dúvida sobre a credibilidade desta instituição pública. Seria a primeira divulgação realmente eivada de erro ou o desmentido seria tão somente para não criar uma revolta maior contra a violência numa época em que o Brasil aguarda gente do mundo inteiro para eventos esportivos? Já não seriam suficientes as notícias rotineiras sobre os violentos crimes ocorridos no país e as manifestações constantes contra a forma de geri-las?

E esses questionamentos nos levam à reflexão. Nas últimas décadas do século XX ocorreu um fenômeno com implicações, pouco estudadas, que passam ainda despercebidas a historiadores e sociólogos. A vida na Terra, em muitos aspectos, mudou mais em trinta anos do que nos duzentos anteriores.

O homem realizou prodigiosas conquistas. Mas a revolução técnico-científica, hegemônica por um sistema de poder desumanizado, foi colocada a serviço de um projeto imperialista que, para sobreviver, exige, na prática, a transformação do homem num ser passivo, robotizado.

A interação entre os mecanismos do capitalismo e esse fenômeno cultural, epidêmico, é sutil, sendo difícil de identificar em muitas das suas manifestações. O objetivo do capital é a sua multiplicação ininterrupta; o acesso do homem à felicidade possível não lhe interessa.



Sem o controle quase absoluto dos meios de comunicação social e dos audiovisuais pelo sistema de poder, a disseminação epidêmica da contracultura exportada pelos EUA, seria impossível.

A televisão, o cinema, a rádio, a imprensa escrita e, agora, sobretudo a internet cumprem um papel fundamental, imprescindível, no avanço de uma contracultura que nos países industrializados alterou profundamente nos últimos anos o que fazer dos povos e a sua atitude perante a existência. A mudança é transparente atuando como um vendaval sobre adultos, adolescentes e crianças.

As instituições públicas sofrem descrédito. O jornalismo degradou-se, a serviço da engrenagem do poder e, com raras exceções, é instrumento de difusão da ideologia dominante.

Segundo Skinner, o indivíduo é constituído por uma história natural e outra cultural e, por isso, é tanto um organismo quanto uma pessoa (1971).

Vale citar um trecho de Skinner:

Mesmo aqueles que se sobressaem como revolucionários são quase totalmente os produtos convencionais dos sistemas que derrubam. Eles falam a linguagem, usam a lógica e ciência, observam muitos dos princípios éticos e legais, e empregam as habilidades práticas e o conhecimento que a sociedade lhes deu. Uma pequena parte de seu comportamento pode ser até dramaticamente excepcional, e teremos que procurar por razões excepcionais em suas histórias idiossincráticas. Atribuir suas contribuições originais (SKINNER, 1971, p. 124)

Muitos atores sociais entendem como signos da contemporaneidade a insegurança, a impotência e o medo de que os mais diversos tipos de violência os atinjam, como membros de uma coletividade ou em sua vida privada, desestabilizando-os.

A violência é um fenômeno que tem relevância cada vez maior no mundo contemporâneo, sendo continuamente discutido o que leva à necessidade de se analisar o contexto em que ele se insere. A violência é ressignificada segundo tempos, lugares, relações e percepções, e não se dá somente em atos e práticas materiais.

Trata-se de um fenômeno complexo e múltiplo e sua conceituação deve ser a mais ampla possível. Neste trabalho considera-se o conceito de violência em uma perspectiva que abarca múltiplas dimensões.

Existe a violência que envolve danos físicos que indivíduos podem cometer contra si próprios ou contra os outros indivíduos. Em outra perspectiva, há um conjunto de restrições que se dá no plano das instituições, impedindo os indivíduos de usufruírem plenamente seus direitos fundamentais, abrangendo, portanto, as modalidades da violência simbólica e institucional. A terceira dimensão corresponde às incivildades e microviolências, que costumam ser as modalidades de violência mais recorrentes e comuns no cotidiano.

Em se tratando de violência contra si mesmo, entra em cena a depressão que, por vezes a desencadeia. Muitos estudiosos se debruçam sobre esse mal, tentando saber mais a respeito e como tratá-la. A depressão atinge familiares dos estudantes bem como as próprias crianças e jovens em idade escolar, refletindo efetivamente no seu comportamento escolar.

Segundo Carrenho (2007), a pessoa em depressão se menospreza e se deprecia, usando a raiva acumulada contra outros, num ataque contra si mesma.

Decio Gurfinkel, doutor em psicologia pela Universidade de São Paulo, declara:

O estado depressivo serve para esconder sentimentos hostis, que na maior parte do tempo permanecem inconscientes. Os sinais aparentes da depressão incluem desânimo, falta de energia, cansaço, desinteresse pelas pessoas e atividades em geral. Nesse estado de ânimo, o sujeito tende a ficar passivo e inativo, e, nos casos mais graves, prostrado. Pouco se percebe, no entanto, que subjacente a essas manifestações se encontra um profundo sentimento de ódio. É claro que, em diversos casos, observamos uma alternância entre estados depressivos e súbitas crises de mau humor, com explosões de raiva. Mas a relação entre depressão e ódio nem sempre é evidente. E o principal motivo disso é que o estado depressivo serve justamente para esconder o ódio, que permanece inconsciente a maior parte do tempo (GURFINKEL *apud* CARRENHO. E., 2007).

Ainda existe um último aspecto, dentro dessa conceituação da violência, que é o ponto de vista dos sujeitos sobre suas próprias experiências com a violência – variável de um sujeito para outro.

Constata-se, então, que a conceituação ampliada possibilita abarcar a variedade de manifestações e características assumidas pela violência, bem como a extensão, complexidade e sutilezas do fenômeno, evitando se restringir à busca de uma causalidade, pois, com múltiplos fatores relacionados à violência, torna-se difícil

isolar uma ou mais causas, porque elas se conjugam na explicação de situações concretas de violência.

A violência está presente na sociedade desde a sua formação. Luta-se para transformar a cultura da violência em cultura da paz. Como se verá no decorrer deste trabalho, as escolas não estão isentas e são constantemente afetadas em seu funcionamento harmonioso. Mas, o que significa realmente o termo violência?

De acordo com Ferreira (1998, p. 34), o conceito da violência significa “qualidade de violento; ato violento, ato de violentar; constrangimento físico ou moral, uso de força, coação”.

Chauí (2002, p. 338) tem uma explicação mais profunda sobre o que é violência:

Violência é entendida como uso da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser. A violência é violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos.

O termo violência, em si, é algo extremamente complexo como se pode verificar por meio das citações de Ferreira (1998) e Chauí (2002), pois envolve uma série de circunstâncias em que tanto o agente como o indivíduo que a sofre vivenciam no dia a dia. Essas circunstâncias seriam desigualdade socioeconômica, discriminações, preconceitos, apelidos e xingamentos, drogas e porte de armas, entre outras, que consolidam a violência na sociedade. Violentar nada mais é que atacar outro alguém por meio de agressões físicas, palavras que envolvem constrangimento, uso da força, coação, enfim, praticar aquilo que faça com que o outro se sinta indigno.

É desta opinião também Abramovay (2002, p. 69) ao conceituar violência.

Violência: golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismo.

- incivildades: humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito;  
- violência simbólica ou institucional: compreendida como a falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos. Também o é a

negação da identidade e satisfação profissional aos professores, a sua obrigação de suportar o absenteísmo e a indiferença dos alunos.

Portanto, o conceito de violência envolve as relações humanas e o não reconhecimento do outro e a questão da dignidade humana. Violência é qualquer constrangimento físico ou moral, existindo ausência ou privação de direitos assegurados na norma. É difícil distinguir o que seja violência, criminalidade e falta disciplinar.

A criminalidade é a soma de fatos definidos na lei como conduta criminosa. A soma dos fatos definidos como furtos, roubos, homicídios, lesões corporais, estupro, sequestros são indicativos de criminalidade.

Quanto às raízes históricas da violência, este tema foi estudado por muitos sociólogos e historiadores, como Hobbes, Rousseau, Marx e Engels que viram na escassez de bens a fonte maior de conflito entre os homens (COSTA, 2001).

A origem dos conflitos e da violência vem das raízes de organizações humanas mais primitivas. Com o aparecimento da agricultura, o homem se tornou sedentário, deixou de ser nômade, vivendo temporariamente em diversos lugares, assim, perante a natureza deixou de ser predador e passou a ser produtivo.

Os grupos humanos vistos como agricultores começaram a proteger o território, no qual haviam trabalhado, com a meta de assegurar a posse dos frutos dessa atividade. Conta-nos Viana (2006) que a sedentarização produziu a concepção de território e de propriedade, ainda que inicialmente de propriedade comunal. Com a ampliação da produção e população, observaram-se as lutas pelas terras férteis, o que dispôs uns grupos contra outros. A falta de bens, a atividade econômica produtiva, o aparecimento de missões defensivas e a relação de propriedade para com a terra e o produto do trabalho produziram desordem constante entre os diversos grupos humanos.

Ao mesmo tempo, os homens viram a violência como um modo de aumentar e penalizar formas de atitudes desviantes. A manutenção de direitos e privilégios, conquistas de bens e punição a atitudes consideradas danosas pela sociedade representam a origem de uma atitude permanente de agressão e defesa que marcará todas as sociedades humanas.

De acordo com Chauí (2002, p. 339),

[...] cada uma delas vai procurar, por antecipação, armar-se e desenvolver estratégias guerreiras contra seus inimigos potenciais. O desenvolvimento da indústria e da tecnologia expandiu e radicalizou as atitudes violentas do homem. O desenvolvimento da civilização bem como de seus modos de produção fez com que o poder bélico entre os homens criasse uma atitude constante de violência. A formação dos estados nacionais fez dos exércitos instituições de defesa de fronteiras e fator estratégico permanente. O capitalismo, com sua natureza expansionista, desenvolveu ao máximo os recursos bélicos, criou a indústria de armamento que através da indústria de massa alcançou um maior número de consumidores.

A indústria de armas de guerra alcançou o apogeu, em se tratando de produtividade e aprimoramento, com a expansão balística. “Estima-se que 30% dos pesquisadores de todo mundo dedicaram-se a descobertas de formas mais eficientes de agressão e defesa, e que 40% dos gastos das nações tenham sido militares”, conforme o Curso de Mediação da SEE/MG (MINAS GERAIS, 2011, p. 112).

Assim, por essas razões, a violência, por tudo que fizesse, por mais que se tentasse detê-la, integrá-la em normas consensuais ou puni-la, só fez crescer na sociedade moderna e contemporânea.

A expansão tecnológica produziu uma nova extensão às forças de ataque e defesa (MINAS GERAIS, 2011).

A complexidade da sociedade, partida em diversos segmentos, ampliou incontavelmente as origens de conflito.

Além das formas de violência mais comuns, observamos de modo geral um crescimento de relações agressivas entre as pessoas. E, à medida que a esfera privada tende a ser ocupada pelos meios de comunicação de massa, as agressões interpessoais se tornam conhecidas e são tornadas públicas pelos canais de televisão e manchetes de jornal.

De acordo com Peluso (2002, p. 180),

[...] essa trivialização das notícias causa nova cultura de violência, na qual esta parece como um fato normal, corriqueiro, que faz parte do cotidiano, na verdade um objeto de consumo, gerando uma insensibilização à violência real e alterando as representações em torno da segurança e, ainda, surgindo uma funcionalização dos atos violentos, que passam a ser tidos como meios legítimos para alcançar determinados fins. Ainda que não haja possibilidade de se reconhecer com a certeza necessária a relação e a influência dos

meios de comunicação na opinião pública, ante a falta de estudos sérios que a confirmem, como anotado pela maioria dos estudiosos, o fato é que existe uma influência mútua entre o discurso sobre o crime, atos violentos e o imaginário que a sociedade tem dele.

A violência passa a ser apelativa e comum. Banal. Esse resultado é estimulado pelo individualismo na atual sociedade, que examina cada questão como consequência de necessidades e desejos inteiramente pessoais e singulares. Outra causa que vem produzir a ação violenta é a permanente invocação ideológica do desenvolvimento da personalidade competitiva e ambiciosa, como elemento essencial à realização individual.

## **2.2 Violência nas escolas**

### **2.2.1 Família e sua centralidade na formação da criança e adolescente**

O modelo de família convencional, composto por pai, mãe e filhos, não é um fenômeno universal, de todos os tempos. Na verdade, este núcleo conhecido em nossa sociedade como a família tradicional tem sua origem recente na história da humanidade.

Segundo Leal (2004, p. 28), foi “no começo da Idade Moderna, especificamente na época do Renascimento, que a criança ganha um súbito valor para a sociedade, tido como indivíduo diferenciado do adulto, com especificidades próprias”.

Desta forma, através da valorização da infância como um período diferenciado da fase adulta é que se começa a desenhar algo parecido com o que conhecemos como a tradicional família nuclear (pai, mãe e filhos).

Conforme Fausto Neto (1982), é na família que são lançadas as bases para a assimilação do mundo exterior, onde as relações sociais são apreendidas como fenômenos da própria experiência dos indivíduos.

A família é importante base para a construção do adolescente. Berço de sua formação pessoal e social. A família se constitui efetivamente como grupo organizador e preservador de valores e conceitos. Assim, a criança e o adolescente terão como espelho seus pais, ponto de referência para moldar sua personalidade, caráter e preparo para o mundo.

Soares (2006, p. 65) comenta que

[...] por outro lado, a família é formadora de consciência porque o conjunto de papéis sociais que são apresentados aos indivíduos, através da socialização, tem por base uma trama complexa de relacionamentos familiares. Os discursos revelam que a família é um espaço privilegiado para a socialização, divisão de responsabilidade, prática de tolerância, vivência da “reciprocidade” e busca da sobrevivência; lugar inicial para o exercício da cidadania e base de conhecimento sobre responsabilidade social. A responsabilidade transcendendo o nível moral, para um nível mais amplo, é o nome ético da reciprocidade.

Através dos valores adquiridos, no grupo familiar começa a transformação para o período da maturidade.

A adolescência é uma fase de profundas mudanças para toda a família, onde adolescente e toda conjuntura familiar atravessa profundas transformações quanto à definição de papéis.

Valenciano (2001, p. 41) refere-se que

[...] a família tem um valor para o adolescente muito importante em sua vida, principalmente quando está em processo para a adolescência, e em todo o momento, embora nesta fase se torne muitas das vezes crítico em varias afinidades ao núcleo.

Durante o processo da maturidade, jovens analisam seu autoconceito, buscando dentro de si a responsabilidade.

Segundo Valenciano (2001, p.39),

[...] outra característica da adolescência é a insegurança que surge paralelamente à maior sociabilidade. Os adolescentes sentem-se angustiados, ansiosos, confusos e temerosos e por vezes com dificuldades de se relacionarem.

Para amadurecer é preciso estar socializado para tornar-se membro da comunidade, discutir em grupo ou tomar uma decisão grupal, quando necessário. Isso será fundamental para o processo para a maturidade. Assim o adolescente terá seus poderes redobrados para se fortalecerem.

O adolescente almeja e promove mudanças ao seu redor, embora busque um mundo diferente para si mesmo, à procura de mudanças a todo o momento. Novamente Valenciano (2001, p.41) comenta que “quando ele toma consciência de

sua própria identidade, luta pela autonomia pessoal, pela independência. Quer ter vida própria. Por isso critica os pais, suas maneiras de ser, de pensar e de agir”.

Com relação ao processo de adolescência, Zagury o classifica como:

[...] uma etapa extremamente importante do desenvolvimento, com características muito próprias, que levará a criança a tornar-se adulto, acrescida da capacidade de reprodução. As mudanças corporais que ocorrem nesta fase são universais, como algumas variações, enquanto as psicológicas e de relações variam de cultura para cultura, de grupo para grupo e até entre indivíduos de um mesmo grupo (ZAGURY, 2000, p. 24).

Diante de uma profunda crise existencial, surge a imprecisão e a instabilidade psicológica do jovem. É um período de transição, cujas marcas são angústias, indefinição de papéis, medos, inseguranças e frustrações. A indefinição de papéis e a busca de autoafirmação junto aos espaços de convivência familiar, escola, amigos, além das transformações do corpo a sexualidade, possibilitam que esta fase se torne ainda mais difícil.

Assim, como Oliveira (2011) aponta,

[...] a violência entre os menores tem aumentado nos últimos anos, defasado dia-a-dia a legislação menorista vigente dada a prática de delitos graves como estupros e homicídios, que não têm conotação econômica, afastando totalmente a tese das condições subumanas à que são submetidos os jovens, sobretudo nos grandes centros, e que os levariam a delinquir. Além disso, o número de menores infratores entre a classe média e alta tem aumentado, não só no Brasil, mas na maioria dos países desenvolvidos. As causas da marginalidade entre os adolescentes são, pois, muito amplas e desconhecidas, não se restringindo somente à vadiagem, mendicância, fome ou descaso social. Tende ainda pelo lado das más companhias, formação de bandos, agrupamentos excêntricos, embriaguez, drogas, prostituição, irreverência religiosa ou moral e vontade dirigida para o crime, configuram-se como as principais delas.

Adolescentes envolvidos com a violência é uma questão crítica é, pois, revelador das mutações, transformações da cultura, dos padrões de relações entre os humanos, da fragilidade dos vínculos amorosos, do modo de pensar, sentir, agir, estar no mundo dos indivíduos, neste momento histórico (TRASSI, 2006).

A violência é produção humana por mais surpreendente, terrorífica, inominável e cruel que seja sua expressão. Impregna-se, no interior dos indivíduos, na agressividade que constitui a todos. A disseminação da violência está associada



ao fracasso dos mecanismos sociais de regulação da vida coletiva: máquinas sociais de controle dos indivíduos e processos agregados da coletividade. “Estes processos agregadores, Hélio Pellegrino os chama de “cimento social”, e se referem aos valores básicos da humanidade: a dignidade, a solidariedade, a justiça social” (TRASSI, 2006, p. 207).

Os principais autores que debateram sobre a violência clássica foram Marx, Hegel e Nietzsche. Porém, esse tipo de violência ainda pode acontecer na atualidade. Para Marx, a violência passou a ser algo superável e não inerente ao homem. E para Nietzsche ela é algo que pertence ao homem. Por se tratar de uma questão já existente desde a Antiguidade, vale lembrar que existem relatos referentes à Idade Média em que a violência física fazia parte do homem medieval. Atos violentos eram comuns, tais como: mãos decepadas, purificações em fogueiras, mortes públicas, entre outros. Não é difícil encontrar indícios na Bíblia de cenas violentas, a começar pela expulsão de Adão e Eva do paraíso, pois esta é:

[...] um repositório incomum de violências, um abecedário completo e variado, que vai da violência física à violência sutil e maliciosa, do estupro ao fratricídio, do crime passional ao crime político (ODALIA, 1985: 18).

Em “Crepúsculo dos Idolos” Nietzsche afirma que o homem livre é um guerreiro.

Pois o que é a liberdade? Ter a vontade de responsabilidade própria. Manter firme a distância que nos separa. Tornar-se indiferente a cansaço, dureza, privação, e mesmo à vida. Estar pronto a sacrificar à sua causa seres humanos, sem excluir a si próprio. Liberdade significa que os instintos viris, que se alegram com a guerra e a vitória, têm domínio sobre outros instintos, por exemplo, sobre o da ‘felicidade’. O homem que se tornou livre, e ainda mais o espírito que se tornou livre, calca sob os pés a desprezível espécie de bem-estar com que sonham merceeiros, cristãos, vacas, mulheres, ingleses e outros democratas. O homem livre é um guerreiro. (NIETZSCHE, 1974, p. 348)

No Brasil, a fragilidade e fragmentação das políticas sociais que protegem as crianças e adolescentes fazem com que o índice da violência e criminalidade cresça gradativamente, o que nos mostra diariamente a realidade cotidiana, os noticiários de telejornais e revistas.

Segundo Mioto (2004), a condição de dor e abandono em que se encontram crianças e adolescentes em todo mundo traz à tona o discurso da importância da família no contexto da vida social. A família tem sido valorizada cada vez mais no âmbito dos programas de enfrentamento das diferentes situações de conflitos que envolvem crianças e adolescentes. Estes programas são bem ancorados no Estatuto da Criança e do Adolescente, com o objetivo fundamental de garantir o direito da convivência familiar e comunitária.

A emergência e consolidação das políticas sociais destinadas ao atendimento à criança e ao adolescente foram sistematizadas em dois grandes períodos, a saber, antes e depois do surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. O principal critério de delimitação entre esses dois períodos está alicerçado na concepção de infância e nas diretrizes implícitas; em decorrência dela, arcabouços jurídicos dos respectivos períodos (PEREZ *et al*, 2010). Por um lado, há um percurso histórico que retrata a institucionalização da infância como objeto de controle por parte do Estado brasileiro, período que registra as políticas e concepções que datam do início da república até o fim da ditadura militar; e, por outro lado assinalados o período de abertura democrática do país, culminando em 1990, com a promulgação do ECA. Nele, a infância e adolescência adquiriram *status* de sujeitos de direitos, revelando a profunda alteração representada em termos legislativos, normativos, culturais e conceituais para as diretrizes, políticas públicas e serviços destinados ao atendimento da criança e adolescência no Brasil (PEREZ *et al*, 2010).

O Estatuto da Criança e do Adolescente é bem claro: toda criança e adolescente precisa de uma educação que garanta o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho. Para isso, devem ser assegurados a crianças e adolescentes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o respeito dos educadores a esses sujeitos, o direito de serem contestados os critérios avaliativos da escola e de se recorrer às instâncias escolares superiores para garantir esses direitos; o direito de organização e participação em entidades estudantis; o direito de acesso à escola pública gratuita próxima de sua residência. Para democratizar a informação sobre o que os filhos aprendem ou mesmo o que ocorre com seus eles; pais ou responsáveis devem participar mais da escola por meio de programas e projetos. Podem, para isso, participar das definições das propostas educacionais das escolas (LEAL, 2004).

A família é a principal instituição onde a criança e adolescente vivem, portanto, os pais devem fazer com que a violência seja extirpada do convívio de seus filhos para que eles ao chegarem à escola não atuem com ações violentas, agressões, não tenham disciplina, enfim, tenham virtudes e valores significativos.

A violência, os comportamentos negativos, estimulados pelos meios e comunicação, a desagregação da família, as desigualdades sociais, o bullying são alguns dos resultados visíveis de uma época contaminada pela inversão de virtudes.

Para o indivíduo ser ético ele deve trazer virtudes e valores bem trabalhados de sua infância, com uma família estruturada e uma educação infantil também bem realizada. Esta junção faz com que a criança cresça preparada para um reencontro com virtudes e valores e assim todo ato violento, negativo não esteja presente na vida dela.

As virtudes e valores são aquelas qualidades de experiência humana que são consideradas tão importantes a ponto de servir como orientação para a maneira como se vive a vida. “As virtudes e valores são as luzes orientadoras que atraem o ser humano. Elas são as forças impulsoras que transmitem energia à motivação e capacidade do ser humano de viver desta ou daquela maneira” (MARQUES, 2000, p. 33). Ter virtudes e valores é tão importante, que se precisa observar atentamente o processo e aprender modos mais categóricos de ensiná-las. Um fator interessante é que as virtudes tendem a ir direto ao coração e à alma da criança e permanecer com ela com o passar do tempo, ou seja, as leva para a vida toda.

Assim, é importante mobilizar a sociedade em geral para uma nova forma de educação, considerando a importância da relação “virtudes e educação” na formação de profissionais e, conseqüentemente, no desenvolvimento de um mundo mais consciente, de um mundo com menos violência.

### **2.2.2 Situação, causas e perspectivas da violência nas escolas**

Já foi dito anteriormente que a violência é um fenômeno que atinge de forma generalizada a sociedade e abrange também o ambiente escolar, visto que a escola é parte da sociedade como um todo. Esta é uma problemática com grande notoriedade nos últimos anos.

O fenômeno é globalizado e objeto de atenção da mídia, de pesquisadores e de atores políticos, devido aos contornos e às proporções que vem assumindo. A

violência nas escolas é um tema que suscita diversas pesquisas que permitem constatar as dificuldades do sistema educacional em enfrentar as múltiplas dimensões desse fenômeno tão complexo, pois ela não é vivenciada apenas como atos de agressividade e sim como o modo habitual e cotidiano de relacionamento, de trato com o outro - o fenômeno passa a ser institucionalizado, comum, banalizado, caracterizando formas de agressão que, muitas vezes, são invisíveis aos olhos da comunidade escolar, mas que, apesar disso, podem ferir profundamente aquele que é vitimado, contribuindo para o surgimento de um sentimento de insegurança e impotência no ambiente escolar.

Cada vez mais, tem se constatado que as escolas – espaços propícios aos processos de socialização e integração social – vêm tendo que administrar os conflitos gerados por diferentes formas de violência. Nas escolas, identifica-se que os episódios violentos que ocorrem não se restringem aos crimes e delitos previstos no Código Penal, mas abrangem dimensões do cotidiano e dos relacionamentos sociais entre alunos, professores, diretores, pais e demais adultos que participam da comunidade escolar (BRASIL, 2008, p.8).

As normas disciplinares que constam do regimento interno de uma escola arrolam de uma falta disciplinar que pode configurar desde um desvio de conduta simples à prática de crime, de acordo com o tipo de crime – violação do direito agredido. Toda conduta criminosa é um ato de violência, mas nem toda violência é uma conduta criminosa.

O Delegado Geral de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, Jeferson Botelho Pereira, como Doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais, defendeu sua tese intitulada “A violência e a criminalidade no ambiente escolar”, preocupando-se com esse fenômeno complexo que assola as escolas do país, como extensão da sociedade brasileira. Ele também esclarece questões acerca da responsabilidade administrativa do dirigente em apurar as irregularidades praticadas no âmbito escolar para as providências decorrentes, além de ilustrar seu texto com experiências bem-sucedidas de projetos preventivos e, ainda, de decisões judiciais acerca de recursos de alunos expulsos ou transferidos de escolas em virtude de atos de violência.

Pereira (2011) cita a Cartilha dos Direitos em Educação do Instituto de Pesquisa e Administração da Educação que esclarece o seguinte:

Os diretores dos estabelecimentos de ensino, públicos ou privados, são responsáveis pela vigilância de tudo que ocorre no interior de suas dependências. Ocorrendo uma agressão física, iniciada por um aluno a outro ou por parte de qualquer integrante da comunidade escolar, deve o diretor promover uma sindicância interna e decidir sobre procedimentos a serem adotados. É legítimo que o gestor do colégio envie ocorrência aos setores policiais para apurar responsabilidades, nos casos mais graves, podendo haver até a condenação criminal do infrator ([www.ipae.com.br/direitoeduca/cart\\_direit\\_educ.htm](http://www.ipae.com.br/direitoeduca/cart_direit_educ.htm) *apud* PEREIRA, 2011, p.2).

Miriam Abramovay, autora do texto “Violência, Mediação e Convivência na Escola”, da coletânea “Temas Contemporâneos em Educação”, publicada pelo MEC, faz referência às incivildades, entendidas como um “conjunto de atos que interferem de forma negativa no pacto social estabelecido entre os indivíduos e nas regras de convivência. As incivildades se caracterizam pela insensibilidade em relação aos direitos do outro” (2008, p.9), pela intolerância e desrespeito à diversidade, em forma de agressões verbais, ofensas, ameaças e de discriminações diversas, o que contribui para o estabelecimento e a manutenção de relações tensas e conflituosas entre os membros da comunidade escolar.

A violência causa danos físicos, traumas, sentimentos de medo e insegurança, prejudiciais ao desenvolvimento pessoal dos alunos, e provoca consequências desastrosas para o seu desempenho escolar. Num contexto de vulnerabilidade e insegurança, os estudantes têm dificuldade de concentração nos estudos e se sentem desestimulados a frequentar às aulas, ensejando a repetência ou evasão, ou seja, o fracasso escolar.

As manifestações de violência que ocorrem mais comumente no ambiente escolar possuem muitos traços e efeitos comuns entre elas, especialmente no que se refere à banalização e naturalização desses fenômenos e, também, à ausência de mecanismos institucionais que impeçam sua ocorrência. Vale lembrar que eles são de diversas ordens e de diferentes graus de intensidade. O conjunto desses fatores contribui para deteriorar o clima escolar e das relações sociais que nele se dão, especialmente porque se torna difícil criar e manter sistemas de cooperação e processos de identificação entre alunos, professores, diretores e demais adultos da escola.

Algumas estratégias têm apresentado resultados significativos na luta pela redução da violência escolar. São elas: adoção de novas formas de administração,

democratização do ambiente escolar e a melhoria e conservação da estrutura física. As escolas com maior nível de organização, com regras claras de comportamento, segurança no seu interior e nas suas imediações, manutenção de um clima de entendimento, política de valorização dos alunos e dos professores, estabelecimento do diálogo, sentimento de pertencimento, poder de negociação entre os diferentes atores e cultivo de vínculos com a comunidade são mais propensas à mudança de situações críticas. Faz-se necessário que a escola

[...] volte a ser um espaço protegido, onde se possa acionar o comprometimento social e incentivar formas de sociabilidade pautadas pelo respeito e pela solidariedade, tornando-a um *locus* privilegiado para o desenvolvimento de programas preventivos, em função do seu potencial estratégico para tecer relações com a comunidade e, especialmente, com a família, e também para concretizar ações que se pautem pela prevenção e pela solução não-violenta dos conflitos, defendendo, como valores necessários, a tolerância e a solidariedade, por meio de um instrumento extremamente poderoso: o diálogo (BRASIL. 2008.p.10).

Em relação à violência na escola, vários estudiosos se manifestam e são citados no material criado para o Curso Mediação Escolar, promovido pela SEE/MG, com representantes de todas as Superintendências Regionais de Ensino do Estado. Fernandes (2005, p. 76) relata que “a violência na escola nada mais é do que um sintoma de perturbação e inquietude resultante do conflito entre lógicas juvenis e projetos escolares”.

Assis (2003) coloca a escola como um espaço de reprodução da cultura da violência, da desigualdade, da exclusão, do privilégio do “eu” em detrimento do “nós”, da tomada de decisões muitas vezes de forma antidemocrática, obstaculizando assim a construção da não-violência, da cidadania, de sujeitos críticos, éticos e transformadores de suas vidas e da sociedade.

Abdalla (2004, p. 58) declara que “no cotidiano da escola é a violência simbólica que aparece com maior frequência”. Os jovens no dia a dia da escola se sentem às vezes sem autoestima, sem direitos estabelecidos, se declaram injustiçados pela própria escola diante da figura do professor ou mesmo do gestor da instituição.

As escolas brasileiras não são imunes a essa violência. Mas, também é vista como um dos poucos veículos concretos de mudança e de mobilidade social disponíveis a uma grande parcela da população, principalmente se o professor,

figura que está diretamente ligada a todos e diariamente com os alunos, conseguir trabalhar nas suas práticas pedagógicas na sala de aula os conflitos, as diferenças e levar-lhes ideias mais humanitárias, mais éticas, mais valores e virtudes, ou seja, possibilitar-lhes a reformulação das relações sociais.

Em 12 de maio de 2013, o jornal “O Estado de São Paulo” noticiou, com a manchete “Violência nas Escolas”, alguns índices do fenômeno. A princípio, o jornalista alerta que as agressões físicas e morais contra professores da rede escolar pública de São Paulo chegaram a um nível em que o problema ultrapassara a responsabilidade das autoridades educacionais e passara a ser da Secretaria da Segurança Pública e do Ministério Público. Apresenta, então, a pesquisa do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), realizada em 167 municípios paulistas, com mais de 1,4 mil docentes.

Segundo o levantamento, 44% dos professores da rede estadual de ensino básico já sofreram algum tipo de violência. As agressões mais comuns são as verbais (39%) e o assédio moral (10%). Interessante notar o assédio moral de alunos em relação aos professores. Já a violência física foi relatada por 5% dos entrevistados. O percentual parece pequeno, mas as agressões cada vez mais colocam em risco a integridade física dos docentes.

Até recentemente, as agressões físicas e morais contra professores se concentravam nas escolas dos bairros mais pobres. Hoje, o problema ocorre em quase toda a rede escolar estadual, independentemente do perfil social e econômico dos bairros onde os colégios estão localizados.

Incêndio na sala de aula (fogo nas cortinas), golpe no rosto do professor com capacete de motociclista, lançamento de livro de 400 páginas contra o rosto de um professor, tapas na diretora e puxões de cabelo, bomba atirada no pé de um professor, agressões morais, intimidações e agressões de pais, etc. são algumas situações descritas por educadores que se afastam da escola para tratar ferimentos físicos e em decorrência de depressão, pedindo transferência ou licença médica e até desistindo da carreira.

Pela pesquisa da Apeoesp, as escolas estaduais com menor número de agressões físicas e morais contra professores são os que já foram objeto de campanha contra a violência. Em média, as taxas de agressão nessas escolas são 10% menores do que nas demais. Para 74% dos docentes entrevistados, a falta de educação e respeito dos alunos - valores que deveriam ser ensinados em casa - é a

principal causa das agressões. As autoridades educacionais alegam que, para "prevenir" a violência, implantaram em 2009 um Sistema de Proteção escolar que criou a figura do "professor comunitário", responsável por mediar conflitos. Segundo a Secretaria da Educação, 2,7 mil docentes treinados já estão trabalhando em 40% das escolas estaduais - a meta é atingir todos os demais colégios em 2014.

O jornalista é enfático, afirmando que quando alunos agredem professores, o problema não é de mediação ou arbitragem, mas de desrespeito ao princípio da autoridade. E isso exige não só sindicâncias administrativas, mas abertura de inquérito criminal, proposição de ações judiciais e aplicação de penas severas. Quem agride física ou moralmente um professor tem de responder, assim como seus responsáveis, por esses atos.

No Brasil, a violência há alguns anos vem se apresentando como um exemplo de extrema desigualdade e exclusão social. De acordo com a Unesco (2014, p. 2),

[...] muitos estudos identificaram essa situação no Brasil, onde os atos de violência ocorrem em números alarmantes. Os jovens brasileiros, principalmente os de idades entre 15 e 24 anos, são a faixa populacional mais exposta à violência, quer como vítimas ou como agentes. Em termos de mortes causadas pelos fatores chamados de externos, como homicídios, acidentes de trânsito e suicídios, os dados quantitativos correspondentes a essa faixa etária são elevados a ponto de colocar os índices brasileiros na terceira posição entre os mais altos do mundo.

Como se pode averiguar, a violência no Brasil, principalmente entre os jovens, está ligada às diferenças econômicas e sociais e de forma bem diversificada quanto ao teor, desde acidentes de trânsito a homicídios; algo bem acentuado.

Schoemaker (1996 *apud* Assis e Souza, 1999, p. 1) apresenta uma concepção da origem da delinquência juvenil, em três níveis:

- a) O nível estrutural, que incorpora as condições sociais;
- b) O nível sociopsicológico, que se refere ao controle social da família, escola e demais instituições responsáveis pelo adolescente, a autoestima (por estar intrinsecamente associada à influência familiar e do grupo de pares) e à influência de grupos de jovens sobre o comportamento infrator; e
- c) O nível individual, incluindo aspectos biológicos e psicológicos.

Em todos os níveis, a violência é algo muito sério e, infelizmente, as escolas brasileiras não estão imunes. A escola ainda é reconhecida como um dos poucos



meios que podem conseguir realizar mudanças em grande parte da população. O ambiente escolar é visto como protetor, e por isso deve ser protegido pela sociedade, entretanto essa realidade está longe de ser verdade na maioria dos estabelecimentos escolares. Por essa razão e por outras, é que a escola se transforma e passa a ser um lugar de extremo perigo, onde acontecem homicídios, roubos, danos materiais e morais, abusos sexuais, ameaças e constrangimentos, porte de armas e de drogas, bullying; enfim, outros acontecimentos até mais brutais. Tais atos não ocorrem somente no interior da escola, mas também nas áreas próximas a ela.

Segundo Souza (2008, p. 119),

[...] vítima da violência, a criança, além de reproduzi-la, pode reagir através de uma mudança brusca de comportamento. Falta de atenção, baixa autoestima, variação de humor e agressividade são alguns sinais aos quais pais e educadores devem estar sempre atentos.

A comunidade escolar tende a reproduzir, em maior ou menor escala, a sociedade como um todo (SILVA, 2010). A hierarquia escolar compreende os diretores, supervisores, orientadores, professores, inspetores e funcionários que cuidam do espaço físico e de toda a engrenagem funcional e administrativa da instituição. De acordo com Silva (2010, p. 83), “dentro dessa esfera, todos devem exercer seus papéis de forma eficiente e solidária, para que os alunos possam aprender a praticar todo o conhecimento de que precisarão na caminhada rumo à vida adulta”.

A Constituição de 1988, no artigo 227, declara que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Assim, é dever de pais e professores contribuir para a formação global de cada criança e adolescente, verificar e prevenir a violência entre eles, tanto de vítimas ou agressores é papel de cada cidadão, pois somente assim no futuro os

jovens não cometerão erros graves e nem ao menos sofrerão de algum distúrbio psíquico.

Quando se refere à questão comportamental, é procedente citar Skinner, que concentrou seus estudos na possibilidade de condicionar os comportamentos operantes (BOCK, 1992). O comportamento operante é o comportamento voluntário e abrange uma quantidade muito maior da atividade

humana - desde os comportamentos do bebê de balbuciar, agarrar objetos, olhar os enfeites do berço, até os comportamentos mais sofisticados que o adulto apresenta. Inclui todos os movimentos de um organismo dos quais se possa dizer que, em algum momento, têm um efeito sobre ou fazem algo ao mundo em redor. O comportamento operante opera sobre o mundo quer direta, quer indiretamente.

E, se tratando de Behaviorismo, o reforço pode ser positivo ou negativo.

O reforço positivo é aquele que, quando apresentado, atua para fortalecer o comportamento que o precede. O reforço negativo é aquele que fortalece a resposta que o remove.

Bock (1992, p. 32) explica que "Assim como podemos instalar comportamentos, podemos "descondicionar uma resposta". Skinner trabalhou nesse processo de eliminação dos comportamentos indesejáveis ou inadequados e denominou-o extinção."

A principal área de aplicação dos conceitos apresentados tem sido a educação. São conhecidos os métodos de ensino programado e o controle e organização das situações de aprendizagem, bem como a elaboração de uma tecnologia de ensino.

Entretanto, outras áreas também têm recebido a contribuição das técnicas e conceitos desenvolvidos pelo behaviorismo, como a área de treinamento de empresas, a clínica psicológica, o trabalho educativo de crianças excepcionais, a publicidade e outros mais. Na verdade, a análise experimental do comportamento pode auxiliar-nos a descrever nossos comportamentos em qualquer situação, ajudando-nos a modificá-los.

Apesar da importância da questão, o texto não se aterra em pormenores, dado o foco a que se propõe que é o da mediação no âmbito escolar.

Mas, apesar de a violência se manifestar e ocorrer no interior da escola, não é produzida pela própria escola, mas por elementos de fora da mesma, como conflitos sociais, famílias sem nenhuma estrutura, alcoolismo, narcotráfico ou mesmo

transtornos psiquiátricos sérios, como pânico, depressão, bulimia, compulsão, anorexia, ansiedade generalizada, fobias, psicoses, entre outros, que a criança e adolescente sofrem. Por isso é extremamente necessário averiguar os tipos de violência pelos quais as crianças ou adolescentes passam ou sofrem, para melhor entender seus reflexos no ambiente escolar.

Gerada de várias maneiras na relação social, a violência pode ser vista como imposição de fatos ocorridos por meio de um indivíduo/grupo social a outro indivíduo/grupo social contra a sua vontade. A violência pode ser classificada conforme o local e o modo pelo qual ela ocorre, sendo caracterizada como policial, institucional, criminal, podendo acontecer de forma psicológica ou mesmo física, urbana ou rural, doméstica, escolar, podendo ser aparente ou não. É importante explicar que as formas posicionadas como aparentes são de fácil percepção, já aquelas produzidas por humilhações, rejeição, ameaças, discriminação, quase sempre não são vistas e, o pior, podem até ser mais severas. “O não conseguir ver” esse tipo de agressão produz um ambiente de separação dentro do ambiente escolar, com as chamadas panelinhas, grupinhos que marcam seu campo, e, conseqüentemente, as agressões são cada vez mais acentuadas e a violência produzida, crescente.

Em meio a tudo isso, é necessário descobrir e entender as causas mais marcantes da violência no campo da educação de forma a contribuir com todos os educadores e com a sociedade em prol de possíveis soluções. De acordo com Viana (2002, p. 45),

[...] dos muitos fatores que envolvem esta questão, possuem dois sentidos, pois se por um lado as ações praticadas pelo aluno, no espaço escolar, ultrapassam o que se considera socialmente aceitável, por outro lado, compreende-se que essas atitudes têm suas origens na própria realidade vivenciada pelo indivíduo, como uma resposta, em alguns casos, às muitas opressões e violências vividas por ele.

Quase sempre, averigua-se que as atitudes agressivas realizadas por alunos se referem ao que eles veem ou vivenciam no ambiente do lar ou de outros grupos sociais, mesmo não sendo ações admissíveis perante a sociedade. O aluno que realiza atos agressivos na escola, muitas vezes sofre ou presencia algum tipo de violência, pois está envolto em situações que produzem violência.

Souza (2008, p. 127) explica que,

[...] a mídia, por exemplo, é um instrumento que pode contribuir para que crianças e adolescentes reproduzam atos violentos; isso acontece quando se vê na televisão cenas de criminalidade (inclusive em novelas), de forma empolgante, com distorções significativas da realidade, ou nos jogos de videogames, violências e lutas.

Vê-se, então, que os meios de comunicações têm cooperado para que a violência seja considerada como algo normal, como acentua Moraes (2014, p. 2),

[...] as crianças da geração dos Power Rangers imitam os movimentos das lutas ninja e batem nos rapazes que consideram maus, dando pontapés e murros. Os Power Rangers não só dizem aos miúdos que as lutas são aceitáveis, como também lhes dizem que as lutas resultam. Estas demonstrações impressionáveis afetam as crianças em idades igualmente impressionáveis. Não só sugere às crianças que combater os vilões do mal, que tentam tomar conta do mundo, com técnicas ninja espetaculares é certo, como também dessensibiliza os mais novos acerca da violência, do choque e do terror de ver alguém a ser agredido.

Qualquer pessoa, ao exercer seu lugar na sociedade, vem com ideias e condutas adquiridas, os quais ficaram em seu interior fundamentadas com suas vivências. É justamente desse ponto de vista que se deve observar o fenômeno, sobretudo, no espaço escolar.

A família é importante base para a construção da criança e do adolescente. Berço de sua formação pessoal e social. A família se constitui efetivamente como grupo organizador e preservador de valores e conceitos. Assim, eles terão como espelho seus pais, ponto de referência para moldar sua personalidade, caráter e preparo para o mundo.

Uma criança que é impedida do afeto familiar, maternal, que não tem suas necessidades realizadas para o seu desenvolvimento global, sem algo para seguir como facilitador no que se refere a virtudes, valores, princípios éticos, sem segurança, buscará fora de seu lar, na escola ou mesmo na sociedade tudo o que lá não encontra no seu dia a dia.

Também é exemplo a criança ou adolescente que não possui limites, não possui regras, não é ensinado a respeitar outras pessoas, partindo da noção de cidadania, de valores, de virtude, por isso, sempre buscam satisfazer as suas vontades e caprichos, e quando não são atendidos prontamente tornam-se

violentos. E essa violência torna-se habitual para resolver qualquer situação - a personalidade se torna violenta. Antes de chegar neste ponto, a criança ou adolescente tende a desenvolver um quadro, conforme abaixo descrito.

Descontrole emocional, histeria, ataques de raiva; dificuldade crescente de aceitação de limites; distúrbios de conduta, desrespeito aos pais, colegas e autoridades, incapacidade de concentração, dificuldade para concluir tarefas, excitabilidade, baixo rendimento; agressões físicas se contrariado, descontrole, problemas de conduta, problemas psiquiátricos nos casos em que há predisposição (ZAGURY, 2003, p. 48).

Como se pode observar, as crianças gostam de ter regras, limites diariamente, mas também se espelham em exemplos dos adultos. A mídia - telejornais, jornais, revistas etc. - tem sempre mostrado casos de roubos, sequestros, assassinatos, tráfico de drogas e armas. Como explica Souza (2008, p. 128), “deste modo, faltam modelos humanamente adequados, ou seja, não violentos, para que os jovens possam segui-los como modelos positivos e dignos.”

A escassez de afeto, de valores e virtudes se refere a fatos como a ausência dos pais que trabalham para adquirirem o sustento da família, deixam as crianças com parentes, irmãos mais velhos ou babás, o que diminui a cada dia o tempo de convivência.

Uma das características mais marcantes de nossos tempos é o aumento das demandas do cotidiano, tanto em relação aos pais como em relação aos filhos. A cada dia, os pais estão consumidos pelas atividades profissionais tendo como meta a produção de recursos materiais que possam custear qualidade de vida e estudos aos seus filhos. Estes, por sua vez, vivem às voltas com as atividades escolares e outras tantas, que visam a complementar a sua formação acadêmica, para que possam enfrentar o tão temido e competitivo mercado de trabalho. Além disso, uma parcela significativa do tempo gasto pelos jovens precisa ser direcionada para os amigos e amores, pois é nessa fase que eles vivenciam suas primeiras experiências sociais e afetivas. Dessa forma, os pais ainda precisam dividir seus filhos com a “galera”, o que, por si só, já é uma tarefa bastante trabalhosa (SILVA, 2010).

Essa mudança nas relações familiares tem várias implicações. O abandono pode decorrer tanto da necessidade de trabalho dos pais, quanto do total

despreparo por parte dos mesmos no trato com a criança e, ainda, pela inversão de valores com relação ao papel da escola.

Constata-se que as relações familiares passam por profundas transformações e o efeito mais evidente desse fato é por certo o distanciamento entre pais e filhos no dia a dia. Diante do panorama, é essencial que os pais achem um tempo para uma convivência harmoniosa e prazerosa com seus filhos, instalando diálogos constantes sobre suas vidas, desafios, angústias, novidades e o universo ao seu redor. Cabe aos pais, ainda, nessa troca de ideias com os filhos, reservar um espaço para que, de forma franca e transparente, possam expressar seus sentimentos e pensamentos a respeito deles. Isso é fundamental para prepará-los para a vida adulta. Os filhos devem saber que pai e mãe também enfrentam dúvidas e receios na educação dos seus rebentos. A grande diferença é que eles já conquistaram a sabedoria de que tudo na vida pode ser superado, com doses exatas de preparo, competência e paciência (SILVA, 2010).

Atualmente, a escola reclama, pois o que se vê é a família transferindo a educação e total responsabilidade para com seus filhos à instituição escolar, como se esta fosse capaz de educá-los sozinha. Esta ação dos pais descaracteriza e distorce a verdadeira função da escola, que é a de levar conhecimentos aos alunos e não de educá-los. Além disso, as crianças e adolescentes se sentem perdidos em meio a essas inversões de responsabilidades, pois eles não encontram um referencial de cuidado, respeito, dignidade, afeto, e logicamente não conseguem se comportar de forma adequada na sociedade. O resultado de tudo isso é a agressão, o desrespeito, a intolerância nos ambientes escolares e com todos que ali estão.

“A escola é uma instituição que muito irá colaborar com os pais nesse sentido, mas nunca os poderá substituir” (REVISTA EDUCAREDE ON LINE, 2009). A família é a base, o alicerce de uma ótima estrutura voltada às virtudes, valores, limites e regras. Contudo, isso será assimilado pelos filhos se os pais derem exemplo no dia a dia, ou seja, praticarem tais valores em suas condutas. Desta forma, sem dúvida alguma, as crianças e adolescentes aprenderão com imensa espontaneidade, e não por imposição, e, por consequência, serão jovens e adultos mais estruturados.

Segundo Loureiro e Queiroz (2005, p. 4),

[...] na escola ocorrem as incivildades, ou seja, os embates cotidianos, as divergências por vezes não discutidas e não

negociadas que se expressam em forma de agressões menores, pois vê com uma roupagem que choca menos que uma agressão física, por exemplo.

Conforme já foi aventado, a incivildade é um sentimento de desacato a todas as pessoas envolvidas no ambiente escolar; os alunos são vítimas, diante do colega de sala até todos os funcionários. Por serem consideradas comuns, as incivildades, não são analisadas nem negociadas, parecem corriqueiras nos dias de hoje (MINAS GERAIS, 2011).

A violência na escola acontece por meio de intimidações físicas e verbais ou mesmo degradação do espaço físico ou depredação, como janelas quebradas, furto de torneiras e lâmpadas, atos de vandalismo, sendo pichações de paredes, muros, carteiras quebradas; banheiros com encanamento entupido. Estes são alguns atos de violência realizados pelos alunos contra a escola (MINAS GERAIS, 2011).

Portanto, como se pode ver, dentre as inúmeras causas que podem motivar as violências no dia a dia dentro das escolas, pode-se ressaltar a degradação ou desestrutura familiar. Mas, se no ambiente familiar e doméstico, percebe-se esses tipos de violência, é preciso explicar que, na escola, o fenômeno está se referindo a muitos outros tipos. Crianças, adolescentes e jovens ficam à mercê de elementos tentadores que supostamente geram sentido em sua existência como o uso de drogas, o porte de armas, dentre outros.

Araújo (2002, p. 45) comenta que a

[...] escola sofre interferência de grupos externos que podem modificar toda a sua organização interna ou rotina diária, manifestada pelas invasões de galeras de forma direta e ameaçadora para solucionar problemas ocorridos fora do ambiente escolar, e também do narcotráfico que se manifesta de forma bem sutil, através dos alunos, com objetivo de aumentar o seu domínio social e físico tanto dentro ou fora das escolas.

O problema do tráfico nas escolas é extremamente inquietante, não apenas por parte dos professores, gestores, mas por parte dos pais que compreendem os diversos problemas produzidos pela prática.

Segundo Machado (2008, p. 149):

Os problemas relacionados ao tráfico e utilização de drogas, registrados nas instituições escolares crescem e se agravam a cada

dia. Os alunos usuários de drogas apresentam prejuízos no rendimento escolar, saúde, relação familiar, além de estarem mais propensos a distúrbios psicológicos.

Ao estar presente no dia a dia da instituição escolar, além dos problemas sérios gerados ao usuário, o tráfico produz mais violência devido à disputa entre traficantes pelo ponto de venda dentro deste ambiente e porque usuários e pequenos traficantes, com o objetivo de sustentar o vício, fazem reféns seus próprios colegas, ou se tornam alvo de acerto de contas do narcotráfico. Outras vezes, são as regras de comportamento do grupo que são exigidas:

A atuação das gangues reflete o clima de vingança e tensão entre os jovens que devem permanecer constantemente em alerta, uma vez que o aluno que apanhou ou o que bateu vai querer revanche. A coisa vai extrapolar lá para fora porque de repente um pertence a uma gangue e outro pertence a outra e tem aquela ameaça: “Olha, eu vou te pegar lá com o meu pessoal” (ABRAMOVAY e RUA, 2002, p. 113).

Juntamente com esse ambiente caótico, os efeitos das drogas, podem provocar em poucos minutos certa inconsciência, e conseqüentemente produzir um comportamento agressivo no adolescente ou jovem, tornando-se cada vez mais violento a ponto de cometer atos graves. Guimarães (2005, p. 29) explica com mais detalhes:

A lei do silêncio, as ameaças a professores, as brigas entre grupos rivais ou, às vezes identificados com a mesma facção, por um processo de saturação das condições vividas, se transferem para a escola, criando um clima desfavorável à aprendizagem, mas principalmente à socialização e à estruturação de valores humanísticos e voltados para uma cultura da paz. A consequência é, muitas vezes, a desestruturação da cultura da escola, com efeitos comprometedores sobre essa cultura. Diluem-se, nessa perspectiva, em muitos aspectos, as fronteiras entre o ambiente interno, com suas regras e normas, o externo, cujas regras, se existem, nem sempre são claras, e o ambiente de origem dos alunos.

Longo (2008, p. 2) mostra a matéria sobre assassinato de jovem no interior da escola, publicada no jornal O Popular:

Dados do Batalhão Escolar da Polícia Militar revelam que em setembro de 2008, foram registradas 609 ocorrências de uso e tráfico



de drogas, ameaças, furtos e brigas, entre outros tipos de delitos, dentro de colégios Públicos e Particulares localizados em Goiânia.

As ações aqui comentadas, não apenas constataam a presença das drogas no ambiente escolar, como também revelam os resultados negativos, como por exemplo, a ocorrência de outros tipos de violência devido ao seu uso.

Em se tratando do uso e porte de armas, tanto facas como revólveres são utilizados para aterrorizar alguém ou mesmo para se defender; sua presença no ambiente escolar, a cada dia é algo comum entre crianças e adolescentes, o que aumenta os casos de homicídios dentro das escolas divulgados pelos jornais, canais de televisão, pela mídia em geral. “A popularidade das armas, no âmbito escolar, em muitos casos, está ligada à familiaridade que a criança tem com o objetivo dentro da família” (MINAS GERAIS, 2011, p. 118). Crianças e adolescentes chegam com armas na escola com o objetivo de expô-las aos colegas, ou para se proteger de alguém quanto a problema envolvendo os mesmos, como ameaças, xingamentos e até discussões sem o menor significado.

A violência nas escolas pode vir de discriminações cometidas contra alunos, professores, membros da equipe da direção e demais indivíduos presentes no ambiente escolar, por vários motivos (MINAS GERAIS, 2011).

A discriminação possui um forte componente ao qual Bourdieu (1989) definiu como violência simbólica, ou seja, “a violência que se exerce também pelo poder das palavras que negam, oprimem ou destroem psicologicamente o outro” (ZALUAR e LEAL, 2001, p. 56). A vítima desse tipo de violência quase sempre é mais frágil fisicamente ou apresenta algum fator que a coloca em evidência em relação aos outros alunos, como por exemplo, ser gordinha ou magra demais, alta ou baixa demais; usar óculos; ser muito disciplinada e inteligente, os denominados de “caxias”; deficiente físico; apresentar sardas ou manchas na pele, orelhas ou nariz um pouco mais destacados; usar roupas fora de moda; ser de raça, credo, condição socioeconômica ou orientação sexual diferente, enfim, qualquer coisa que fuja ao padrão “aceitável” por um determinado grupo (SILVA, 2010).

Sem dúvida, é extraordinário o poder do preconceito sofrido, de influência na estrutura das identidades individuais, principalmente ao que se refere aos alunos, como crianças, adolescentes e jovens.

Como já dito, “a convivência nas escolas é marcada tanto por violências duras, como agressões físicas, roubos, furtos, quanto por microviolências, ou seja, atos de incivilidade, humilhações e falta de respeito” (ABRAMOVAY e CASTRO, 2006, p. 32). Insultos e agressões que estão presentes no dia a dia das escolas evidenciam as discriminações produzidas por preconceitos de diversas ordens.

Condições socioculturais e econômicas, além de identidades sexuais e os significados atribuídos aos diversos sujeitos são chaves para se compreender as brigas, humilhações e exclusões que acontecem nos pátios e salas de aulas dos colégios (MINAS GERAIS, 2011, p. 191).

Os insultos e as afrontas podem ser vistos como atos ou observações que produzem opiniões negativas sobre indivíduos ou grupos. Ainda, insultar consiste em extravasar determinadas normas, manifestar-se de maneira socialmente proibida. De acordo com Guimarães (2002, p. 171), “o objetivo da ofensa, nesses casos, está sempre vinculada à demonstração de relações de poder, seja para a legitimação e reprodução de uma ordem moral, seja para a legitimação de hierarquia entre grupos sociais”.

Na escola os apelidos e xingamentos voltados aos homossexuais sempre remetem ao gênero oposto, revelando uma mistura entre homofobia e machismo. O preconceito contra as mulheres, ou melhor, contra o feminino, se estreita com o preconceito contra homossexuais (CARRARA, 2006).

A homofobia tem embate na esfera dos sentimentos, da dignidade e do sucesso ou fracasso escolar. As confrontações físicas e verbais, além das exclusões contínuas, produzem momentos de tristeza e constrangimento, além de motivar a saída das pessoas discriminadas das escolas. Lágrimas e timidez fazem parte desses ambientes, muitas vezes tão intolerantes.

Quanto ao racismo nas escolas, este cria barreiras impedindo que algumas pessoas e grupos sociais permaneçam em razão ao preconceito, a discriminação.

“O dia a dia destas crianças, adolescentes e jovens é permeado por estereótipos negativos sobre a população negra (população escrava ou pobre; criminosa ou ameaçadora), que se repetem e se (re)produzem dentro das escolas” (MINAS GERAIS, 2011, p. 204).

Outro tipo de discriminação que gera violência nas escolas, pela qual alguns alunos passam é em relação à sua origem regional: “estudantes provenientes de

outros estados são excluídos ou desrespeitados por essa razão” (ABRAMOVAY *et al.*, 2009, p. 219). O preconceito que se refere à origem regional e a pobreza possui fortes ligações entre eles e, no geral, as regiões apreciadas como as mais pobres são justamente aquelas que costumam ser alvos de discriminação, como por exemplo, chamar o colega de “pobre nordestino”.

O preconceito com aquele colega que não é da região da escola se encaixa na falta de respeito por aquilo que é diferente, a intolerância, devido à cor, o sotaque, o modo de vestir ou o tipo de música ouvida, ou seja, os hábitos, costumes e a própria cultura diferentes. Tudo isso gera violência na escola.

Também produz violência escolar a discriminação quanto à religião.

O respeito a diversas filiações religiosas é passo crucial na construção de um ambiente escolar não-violento e propício ao crescimento e realização pessoal de professores, alunos, equipe de direção, funcionários e demais atores da escola. As atividades religiosas têm papel preponderante no cotidiano dos alunos e as filiações religiosas são uma fundante variável na composição de identidades e de relações dentro da escola (ABRAMOVAY *et al.*, 2009, p. 253).

E, finalmente, pode-se falar também que alunos deficientes, por serem “diferentes” podem ser vítimas de atos violentos dentro das escolas. Os professores, gestores, servidores, por não estarem preparados por trabalharem com estas crianças e adolescentes devido às múltiplas expressões corporais e intelectuais que os envolvem, colaboram para a permanência da situação, não cooperam para a mudança do comportamento dos outros alunos que não conseguem lidar com as diferenças existentes.

É preciso que o professor que queira atuar nessa nova realidade tenha uma prática reflexiva e uma grande mudança de postura, para que as legislações que regem a inclusão não sejam entendidas como uma imposição, mas como garantia de todos a uma educação de qualidade. É necessário que sua prática pedagógica esteja focada nos eixos da ética, justiça e direitos humanos, que são termos que superam a exclusão.

Stainback (2001, p. 289) descreveu oito objetivos para o ensino a partir de uma perspectiva multicultural, e todos são aplicáveis ao conceito da inclusão. O autor relacionou esses objetivos da seguinte maneira:

1. Ajudar as crianças a desenvolver identidades positivas de gênero, de raça, de cultura, de classe e individuais, e reconhecer e aceitar sua participação como membro de muitos grupos diferentes.
2. Capacitar as crianças a enxergarem-se como parte de uma sociedade mais ampla; identificarem-se, empatizarem e relacionarem-se com indivíduos de outros grupos.
3. Estimular o respeito e a apreciação pelos diversos modos de viver das pessoas.
4. Encorajar, nos primeiros relacionamentos sociais das crianças pequenas, uma abertura e um interesse pelos outros, uma disposição para incluí-los e um desejo de cooperar.

Tais objetivos arrolados são alcançados num ambiente escolar de inclusão em todos os seus aspectos. A escola torna-se inclusiva quando há um projeto pedagógico elaborado coletivamente, com a participação de toda comunidade escolar, inclusive da família e dos profissionais especializados.

Sem dúvida, a maior demanda encontra-se na esfera das atitudes, posturas, formas de lidar com a diversidade e a diferença significativa de cada aluno. Essa não deve ser responsabilidade só do professor, mas do coletivo escolar.

E, por fim,

5. Promover o desenvolvimento de uma consciência realista da sociedade contemporânea, um sentido de responsabilidade social e um interesse ativo que se estenda além da família ou do grupo da própria pessoa.
6. Capacitar as crianças para tornarem-se analistas e ativistas autônomos e críticos em seu ambiente social.
7. Apoiar o desenvolvimento de habilidades educacionais e sociais necessárias para as crianças tornarem-se participantes plenos da sociedade, de maneiras mais adequadas aos estilos, orientações culturais e origem linguística individuais.
8. Promover relacionamentos eficazes e recíprocos entre as escolas e as famílias (STAINBACK, 2001, p. 289)

Ensiná-las a perceber as diferenças, a apoiar os outros e a ser agentes ativos da mudança, desafiando estruturas que são opressivas aos vários grupos pode começar dentro das salas de aula inclusivas. Provavelmente, não há melhor local do que na sala de aula para se tratar aberta e diretamente dos interesses, das necessidades e das possibilidades de todos os seus membros.

Como se viu, há problemas sérios que envolvem o dia a dia de crianças, adolescentes e jovens nas escolas brasileiras, e que resultam em atos de violência, fazendo com que a educação tenha desprestígio. Assim, sem uma política que

provoque uma reforma educacional ampla, encontra-se um quadro de educadores quase sempre despreparados e desmotivados a trabalharem com as exigências da atualidade, consumista e competitiva (SOUZA, 2008).

Portanto, para que a violência se instale no ambiente escolar independe se a escola é pública ou privada, se a classe social de seus alunos é ou não privilegiada, ou seja, ela está enraizada naquele ambiente em que infelizmente não houve uma estrutura educacional e de formação condizente.

### 3 MEDIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: OPORTUNIDADE DA CONVIVÊNCIA ESCOLAR

#### 3.1 Mediação de Conflitos

A mediação de conflitos possui inúmeras definições, correntes e teóricos comprometidos em estudá-la.

Segundo Moore (1998, p. 15), “a mediação é o aperfeiçoamento do processo de negociação envolvendo a interferência aceita de uma terceira parte que tem poder limitado e não autoritário, auxiliando as demais partes a chegarem a um acordo aceitável e voluntário”.

Em outras palavras, mas com teor mais pormenorizado do que a conceituação acima, Riskin (2001, p. 56), assevera:

[...] a mediação é uma negociação facilitada onde um terceiro imparcial auxilia as partes a resolver o conflito ou a planejar uma transação. A mediação é um processo auto compositivo que possui três características fundamentais: voluntariedade, intervenção de um terceiro e sujeitabilidade aos resultados, onde o mediador deve ter neutralidade (diz respeito ao relacionamento e comportamento entre mediador e participantes) e imparcialidade (diz respeito à ausência de tendência ou preferência do mediador a favor de um participante em desfavor do outro).

As partes interessadas confiam no árbitro imparcial que, depois de analisar detalhadamente, a questão conflituosa, decide-lhe o mérito. É preciso, para isso, que os indivíduos da pendenga desejem a solução do problema por meio da mediação (voluntariedade), aceitem a intervenção de um terceiro digno de confiança das partes e que se sujeitem à decisão do mediador.

Six (2001, p. 287) ratifica a expressão de Riskin, comentando que

[...] a mediação de conflitos é um procedimento facultativo que requer o acordo livre e expresso das pessoas envolvidas, de se engajarem em uma ação (a “mediação”) com a ajuda de um terceiro independente e neutro (o “mediador”), especialmente formado na matéria.

Já Vezzula (1995, p. 15), acrescenta à mediação o caráter não adversarial, ou seja, não é litigioso; trata-se de uma técnica que não gera sentenças ou laudos e o seu mediador deve ser probo e agir em colaboração com as partes, não saindo vencidos.

[...] a mediação é uma técnica de resolução de conflitos não adversarial que, sem imposições de sentenças ou laudos e através de um profissional, mediador, devidamente formado, ajuda as partes em disputa a encontrarem seus verdadeiros interesses e preservá-los num acordo criativo onde as duas partes saem vitoriosas.

A mediação de conflitos é uma ferramenta que beneficia a apropriação de direitos, de aproximação a bens e serviços, de inclusão; encorajando e valorizando as comunidades que aplicam esta metodologia.

### **3.2 Tipos de mediação**

A mediação pode ser institucional, atrelada a uma instituição que a mantém, ou cidadã, onde o mediador é voluntário, desvinculado e sem formação técnica. A mediação tem como objetivo ser criadora, reparadora, preventiva e curativa, sendo sempre um processo dialético e facilitador da comunicação. O método de mediação se aplica em vários ambientes, tais como escolares, familiares, comunitários, empresariais, culturais, religiosos, dentre outros.

A mediação comunitária busca a resolução dos conflitos, os desejos, interesses de uma comunidade, como também o estímulo à emancipação a exercício da democracia. Os mediadores comunitários devem oferecer a escuta, a observação, o diálogo com os serviços públicos, mediando os interesses da comunidade, e também orientando quanto às formas de acesso a direitos. O mediador deve promover a organização da comunidade para que esta seja autossuficiente, não tendo a proposta de desapropriar, mas sim restituir o saber local.

De acordo com Gustin (2006, p. 22),

[...] entende-se por emancipação a capacidade de permanente reavaliação das estruturas sociais, políticas, culturais e econômicas de seu entorno, com o propósito de ampliação das condições

jurídico-democráticas de sua comunidade e de aprofundamento da organização e do associativismo na vida dessa sociedade para sua inclusão efetiva no contexto social mais abrangente.

A mediação comunitária tem como ação primordial a mobilização. Isto significa reunir pessoas que sabem quais são os seus objetivos, compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação da realidade que vive movido por um acordo em relação a causas de interesses da comunidade a que pertencem.

A mediação nas escolas, por sua vez, parte do princípio de que o desenvolvimento cognitivo das crianças é dado de forma dinâmica, atrelado com todas as relações sociais em que está envolvido o educando e demais atores comprometidos com o aprendizado.

A mediação escolar [...] tem como resultados: desenvolver uma comunidade na qual os alunos desejem e sejam capazes de praticar uma comunicação aberta; ajudar os alunos e desenvolverem uma melhor compreensão da natureza dos sentimentos, capacidades e possibilidades humanas; contribuir para que os alunos compartilhem seus sentimentos e sejam conscientes de suas qualidades e dificuldades; possibilitar aos alunos desenvolver autoconfiança em suas próprias habilidades, e desenvolver no aluno a capacidade de pensar criativamente sobre problemas e a começar a prevenir e solucionar os conflitos (BATTAGLIA, 2004, p. 36).

A mediação é uma abordagem educativa elaborada para a utilização de métodos que visam um olhar otimista antes sobre o potencial do educando do que sobre seus fracassos. Esta abordagem não visa unicamente a transmissão do saber e sim a sistêmica que envolve o aprendizado, o deslocamento do problema que se manifesta sintomaticamente sobre o aluno.

### **3.3 Etapas da mediação**

As etapas da mediação de conflitos são estabelecidas de acordo com o Modelo de Mediação e a instituição que a está executando. Por exemplo, Adolfo Braga Neto (*apud* GAMBOGE REIS, 2011, p. 25), Presidente do Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil, apresenta as seguintes etapas da mediação:

- Abertura;



- Identificação do problema;
- Determinação das necessidades subjacentes;
- Entrevistas individuais;
- Busca de opções e implicações;
- Em direção a um compromisso;
- Acordo.

Christopher Moore (1998, p. 130-131), ao definir critérios para a escolha de quem deve participar da mediação, indica a participação daqueles que:

[...] têm o poder ou a autoridade para tomar uma decisão; têm capacidade, se não estiverem envolvidos, de inverter ou prejudicar um acordo negociado; conhecem e compreendem as questões em disputa; têm habilidade para a negociação; têm controle sobre suas emoções; são aceitos pelas outras partes; têm demonstrado compromisso ou estão dispostos a se comprometer na barganha de boa-fé; têm o respaldo e apoio de seus constituintes.

No ambiente escolar, os professores possuem um poder de autoridade bastante dinâmico, pois eles estão envolvidos com o aluno a todo momento, portanto, esse profissional seria um ótimo mediador de conflitos dentro dessa instituição.

### **3.4 O professor como mediador na escola**

O professor nos tempos modernos passa por uma crise de identidade, não no que se refere à ausência de atribuições, mas, ao contrário disso, pelo acúmulo de funções para as quais, definitivamente, não foi preparado e ou capacitado.

No entanto, ao se deparar com o exercício de suas funções como educador, percebe, logo nos primeiros momentos, que a simples tarefa de ensinar matemática, biologia, história, línguas, entre outras disciplinas ultrapassa, e muito, a limitação do conteúdo.

A instituição família, sob outro lado, também sofre modificações intensas nos tempos atuais e, não raras vezes, vê-se perdida e inofensiva em seus poderes e deveres.

As crianças já nascem, praticamente, nas escolas. O convívio familiar é, cada vez mais, reduzido. Não se pretende, neste momento, indicar culpados. É preciso,

no entanto, perceber na realidade o mundo atual e suas características. Está-se diante de novos paradigmas e a mais fácil das opções é querer retroceder a tempos em que as crianças eram bem educadas, não aceitando esses novos parâmetros que incomodam e com os quais não se sabe viver.

No entanto, ao professor é impossível fechar os olhos. Os conflitos lhe são jogados na cara. O professor de português, que está ensinando uma determinada matéria, de repente é obrigado a parar sua aula, porque um adolescente rasga a camisa do colega, ou o agride, ou o ofende ou esconde seu material, ou ri sem parar do outro, ou, ou, ou, ou e tantos outros “ous” (MUSZKAT, 2003).

É necessário, pois, que esse professor intervenha e saiba como fazê-lo. É preciso não tomar partido ou defesa de um ou do outro. Aliás, é preciso defender a paz, único ambiente propício à aprendizagem.

Faz-se necessidade, contudo, esclarecer que não se prega a ausência de qualquer discussão e ou conflito no contexto escolar. Ao contrário, o conflito, a divergência, a contradição, o debate são necessários à aprendizagem. O que se repudia é a violência que desumaniza, traz dor e injustiças.

O mediador exerce a função de agente de ligação para os envolvidos no conflito, é dele a autoridade de referência na gestão do conflito. O mediador deve ser um sujeito observador, atento às questões de fundo que o relato do conflito apresenta para que se possa chegar à célula do problema, a demanda real (MOORE, 2004).

Segundo a professora Miracy Gustin (2006) do Polo de Cidadania/UFMG, a função do mediador é possibilitar a diminuição das ansiedades e ampliações das possibilidades de comunicação, sendo um promotor e facilitador de uma ação pedagógica. Deve-se saber estudar o que está nas estrelinhas, o que o corpo está querendo dizer, devendo escutar o próprio silêncio.

Desta forma, o papel do mediador é:

- Nortear, questionar, investigar os reais interesses;
- Ser imparcial e sigiloso;
- Não decidir pelas partes;
- Cuidar da inter-relação das partes;
- Possibilitar a escuta recíproca;
- Possibilitar a reconstrução da narrativa;
- Resgatar as habilidades das partes para que se sintam capazes de decidir e manter um relacionamento (SAMPAIO e NETO, 2007, p. 45).

Mas, para que o professor possa mediar conhecimento e ainda relações que se constroem nesse ambiente escolar é preciso que seja capacitado para tanto. Portanto, impossível se pensar a formação de professores na contemporaneidade, sem disciplinas específicas que lhe garantam saber lidar com esses novos paradigmas (GALVÃO, 2004).

Além do professor, muitas instituições procuram fazer de um aluno, um gestor ou funcionário, desde que capacitado, um mediador. Esse mediador deve ter a capacidade de elaborar e guiar um diálogo entre os envolvidos em um conflito para conseguir resolver de forma calma.

Segundo pesquisa realizada na *Revista Gestão Escola*, as principais características de um bom mediador são as abaixo relacionadas.

Ser bom ouvinte. Em primeiro lugar, o mediador deve ter paciência em ouvir. Lavelberg (*apud* PASCOAL, 2013, p. 1) comenta que "é importante que o mediador escute e entenda o que o outro diz. Não é buscar a verdade, mas tentar compreender, no discurso dos envolvidos, a leitura que cada um faz do que aconteceu". O mediador deve compreender o que um disse para perguntar ao outro se tal situação é verídica.

Ser capaz de estabelecer um diálogo. O mediador deve estabelecer, de forma enfática, um canal de comunicação entre as pessoas envolvidas no conflito. O modo com que o mediador deve atuar diante da situação deve ser bem agradável para que as pessoas não se sintam culpadas.

Ser sociável. O mediador escolar deve ter "jogo de cintura" com o intuito de conquistar a confiança dos membros da comunidade escolar.

Ser imparcial. É importante que mesmo que o mediador conheça os envolvidos, esse conhecimento, de maneira alguma, possa interferir em sua conduta, ou seja, ele deve ser sempre imparcial. Assim, por exemplo, quando o mediador é chamado para mediar num caso de um aluno que diariamente age de forma inadequada, ele deve avaliar se está sendo imparcial. "Se o mediador não souber separar, ele já vai pressupor que esse estudante é o culpado" (BERNARDES *apud* PASCOAL, 2013, p. 1).

Ter cuidado com as palavras. As palavras que o mediador utiliza durante o ato são de extrema importância. De acordo com a pedagoga Adriana Ramos, coordenadora do Grupo de Pesquisa em Educação Moral da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) e da Universidade Estadual de Campinas

(Unicamp), “a linguagem descritiva, expondo todos os fatos sem juízo de valor, favorece que os envolvidos percebam o que está acontecendo e não julguem a personalidade do outro” (*apud* PASCOAL, 2013, p. 1).

Ter uma postura educativa. Em hipótese alguma, o mediador deve admitir a posição de que resolverá o conflito. O papel dele é colaborar com os alunos para que os mesmos entendam como eles podem solucionar a situação a seu modo. "A escola tem de investir em um projeto educacional que preveja que os alunos, ao longo da escolaridade, sejam capazes de socializar e mediar os próprios conflitos" (IAVELBERG *apud* PASCOAL, 2013, p. 1).

Trabalhar com o paradigma da responsabilização. Além de possuir as características aqui apontadas e ser capacitado para efetuar essa função dentro de uma escola, o mediador deve modificar sua norma de punição dos envolvidos para o de responsabilização. Explicando em outras palavras, ao invés do mediador punir os envolvidos por meio de advertência, suspensão ou mesmo expulsão, ele deve fazer com que eles tenham responsabilidade por seus feitos, corrigindo-os e fazendo com que peçam desculpas, reforme o que foi depredado ou até elaborem um projeto que fale sobre o conflito do qual foram protagonistas.

Por outro lado, às escolas e aos professores são atribuídas responsabilidades objetivas no que se refere à violência ocorrida no ambiente escolar. O Direito entende que é dever da instituição de ensino garantir educação e segurança ao aluno, enquanto ele estiver nos limites físicos da instituição. Assim, até mesmo para se isentar de possíveis ações indenizatórias, faz-se necessário que o professor ocupe, na atual realidade, seu papel de mediador de conhecimento, mas também de mediador de conflitos violentos ou não violentos, porventura existentes (ZALUAR, 2011).

Não se pretende esquecer que o professor, muitas vezes, também é a vítima da violência. É claro que se trata de uma situação especial, que, obviamente, deve ser tratada também de forma especial. Caso ocorra, deixará o papel de mediador e outro membro da escola, como aluno, professor, servidor; deverá mediar o conflito.

Ainda é importante esclarecer que a mediação não exclui o encaminhamento, se o conflito constituir-se como crime ou ato infracional, ao órgão externo competente, ou seja, a Delegada de Polícia Civil (ZALUAR, 2011).

Haverá casos ainda que o próprio professor possa ser o autor da violência. Nessa situação, além da mediação ainda continuar sendo possível e efetiva, deverão ser tomadas as medidas administrativas e penais cabíveis ao caso.

Em suma, segundo Zampa (2005 *apud* CHRISPINO, 2007, p. 21), os conflitos que ocorrem com maior frequência na escola se dão:

- Entre docentes, por: falta de comunicação; interesses pessoais; questões de poder; conflitos anteriores; valores diferentes; busca de “pontuação” (posição de destaque); conceito anual entre docentes; não-indicação para cargos de ascensão hierárquica; divergência em posições políticas ou ideológicas.
- Entre alunos e docentes, por: não entender o que explicam; notas arbitrárias; divergência sobre critério de avaliação; avaliação inadequada (na visão do aluno); discriminação; falta de material didático; não serem ouvidos (tanto alunos quanto docentes); desinteresse pela matéria de estudo.

Mas os conflitos não se restringem aos colegas docentes ou entre os discentes em relação aos seus professores. Eles ocorrem entre os próprios alunos e também entre familiares com os educadores.

- Entre alunos, por: mal entendidos; brigas; rivalidade entre grupos; discriminação; bullying; uso de espaços e bens; namoro; assédio sexual; perda ou dano de bens escolares; eleições (de variadas espécies); viagens e festas.
- Entre pais, docentes e gestores, por: agressões ocorridas entre alunos e entre os professores; perda de material de trabalho; associação de pais e amigos; cantina escolar ou similar; falta ao serviço pelos professores; falta de assistência pedagógica pelos professores; critérios de avaliação, aprovação e reprovação; uso de uniforme escolar; não-atendimento a requisitos “burocráticos” e administrativos da gestão (ZAMPA, 2005 *apud* CHRISPINO, 2007, p. 21).

O que se pretende expor, de forma categórica, é que o professor passou, sem retrocessos, na sociedade contemporânea, ao papel de mediador do conhecimento e dos conflitos gerados no ambiente em que esse conhecimento é construído, ou seja, a escola.

### **3.5 A Mediação Escolar na história do movimento de Resolução Alternativa de Conflitos (RAC)**

Provavelmente, a elevação do exponencial dos conflitos das sociedades modernas e o crescente recurso aos tribunais é, em parte, responsável pela crise da justiça dos últimos anos.

Morgado e Oliveira (2009) abordam o problema e, depois de acurada pesquisa, afirmam que, nas últimas décadas, o reconhecimento de mais direitos e de maior exigência do cidadão de respeito a esses direitos, numa complicada teia de relações interpessoais característica das ditas sociedades modernas, provoca o aumento dos conflitos e da sua complexidade. E, cada vez mais, se recorre à tutela judicial para garantia dos direitos do cidadão.

Os tribunais estão incapazes de dar respostas adequadas em tempo útil, por isso, a necessidade de novas formas de fazer justiça, mais próxima, mais rápida e com uma maior participação dos destinatários.

Os meios alternativos de resolução de conflitos, também conhecidos por ADR (*Alternative Dispute Resolution*), surgiram na década de 70 nos Estados Unidos da América e englobam, entre outros, a mediação, a negociação, a arbitragem e a conciliação. Em Portugal, estes meios, cuja implementação teve início nos anos 90, são identificados como RAC ou RAL (Resolução Alternativa de Conflitos ou Litígios).

Os RAC são uma alternativa à via judicial e oferecem diversas vantagens em termos de eficácia, celeridade, simplificação, proximidade e participação dos destinatários na realização da própria justiça. Garante-se, por um lado, uma maior adequação das respostas aos interesses e necessidades do cidadão e obtém-se, por outro, menores custos quer económicos ou emocionais.

Além de que meios alternativos à via judicial, pois não substituem os tribunais, são meios apropriados de gestão e resolução de conflitos, são apropriados por causa da eficiência para a resolução em alguns tipos de conflitos e pelo efeito preventivo na sua escalada, com utilização de métodos positivos de comunicação que visam a transformar o modo como as partes em disputa lidam entre si.

As soluções para problemas complexos por tais vias preservam as relações entre litigantes e ensinam alternativas à violência ou ao litígio na resolução de conflitos, ajudam a reduzir o nível de tensão na comunidade, focando-se na prevenção e resolução de conflitos latentes, como é exemplo a mediação escolar.

Segundo Alzate (1999, *apud* Morgado e Oliveira, 2009), os programas de resolução de conflitos tiveram origem fora do contexto escolar. A administração do presidente Jimmy Carter impulsionou a criação de centros de Mediação Comunitária, na década de 70. O objetivo dos centros era oferecer uma alternativa aos tribunais.

Nos anos 80, nota-se o crescimento na utilização da mediação em disputas que envolviam crianças ou jovens no contexto escolar. Em 1982, os Community Boards de San Francisco iniciaram uma colaboração entre os centros de mediação comunitária e os sistemas escolares.

No ano de 1984 surge, nos Estados Unidos, a NAME, Associação Nacional de Mediação Escolar, que serviria para o estudo e implementação da mediação e, em 1985, a NAME funde-se com o NIDRF, Instituto Nacional de Resolução de Litígios, nascendo a CRENET, Rede de Resolução de Conflitos na Educação. Nesse último ano, os educadores para a responsabilidade social e o Conselho de Educação da cidade de Nova Iorque, promovem a colaboração entre grupos comunitários e escolares, propiciando o surgimento do “Programa de resolução criativa de conflitos”, com objetivos de mostrar aos jovens alternativas não violentas aos conflitos reais da sua vida, aprender a compreender e a valorizar a própria cultura e a cultura dos restantes e de conscientizar as crianças e jovens sobre seu papel de protagonista na construção de um mundo mais pacífico.

Atualmente, existem experiências de mediação de conflitos na Argentina, Nova Zelândia, Austrália, Canadá, França, Grã-Bretanha, Suíça, Bélgica, Polónia, Alemanha, Espanha, entre outros.

A transferência da resolução do conflito da comunidade para a escola terá, assim, partido do pressuposto de que ela é parte integrante da vida social, constituindo uma oportunidade de aprendizagem e de crescimento pessoal para os participantes da vida escolar (Cohen, 1995, *apud* Morgado e Oliveira, 2009).

A mediação constitui uma forma de prevenir futuros conflitos, pois enfatiza a colaboração, o respeito e a responsabilidade e não uma cultura de culpa e imposição de soluções. Tem desempenhado um importante papel no movimento da Educação para a Paz, cuja construção assenta no respeito pela diferença e pela diversidade, na promoção das diferentes criações culturais dos indivíduos e dos povos. É com este fim que a educação para a paz visa ao desenvolvimento de competências de comunicação, de construção do consenso e de sensibilidade à

diversidade cultural, enquadrando-se numa perspectiva multi e intercultural, não preconceituosa, e de resolução alternativa de conflitos (Morgado e Oliveira, 2009).

O objetivo de aprender a conviver faz parte, ainda que implicitamente, de todo processo educativo, como uma necessidade inadiável e uma exigência da atualidade, quando a violência impregna o tecido social.

Aprender a conviver não significa ausência de conflitos ou ter por objetivo eliminá-los. O conflito é inevitável à condição humana, “o conflito é o estado natural do homem” (Mendel, 1974, p. 13, Morgado e Oliveira, p. 47) e, em si, não é mau, deve-se utilizar os meios adequados e enfatizar as estratégias de resolução pacífica e criativa do mesmo.

A escola, com as suas especificidades de natureza organizativa, as nem sempre harmoniosas relações com as finalidades educativas da sociedade e a inevitável ressonância da conflituosidade social, é um campo propício à emergência do conflito. Daqui se depreende a necessidade de educar gerações, e todo o corpo educativo, na resolução criativa e nos benefícios da gestão construtiva dos conflitos (MORGADO; OLIVEIRA, 2009, p.49).

A mediação, qualquer que seja o processo, deverá, segundo Morgado e Oliveira (2009), favorecer e estimular a comunicação entre as partes em conflito, o que traz consigo o controle das interações destrutivas; levar a que ambas as partes compreendam o conflito de uma forma global e não apenas a partir da sua própria perspectiva; ajudar na análise das causas do conflito, fazendo com que as partes separem os interesses dos sentimentos; favorecer a conversão das diferenças em formas criativas de resolução do conflito; reparar, sempre que viável, as feridas emocionais que possam existir entre as partes.

Os programas de educação para a resolução de conflitos dão a conhecer, aos alunos, qual a dinâmica do poder e providenciam uma compreensão básica acerca da natureza do conflito e do papel da cultura na forma como o resolvemos. Entre as finalidades destes programas está a criação de ambientes de aprendizagem seguros - os programas que enfatizam estes objetivos incidem na diminuição da violência, redução dos conflitos entre estudantes, particularmente dos conflitos intergrupais baseados nas diferenças étnicas e raciais; ao mesmo tempo, procuram reduzir o número de suspensões, o absentismo e o abandono escolar, frequentemente relacionados com ambientes de aprendizagem inseguros.



Esses ambientes de aprendizagem devem ser construtivos, ou seja, um ambiente positivo na sala de aula, cuja gestão eficaz dos comportamentos potencialize a disciplina e, simultaneamente, o respeito e afeto.

Os programas, além da preocupação com a aprendizagem e a segurança, visam ao desenvolvimento pessoal e social dos alunos, incluindo a aprendizagem de competências de resolução de problemas, o treino das aptidões para reconhecer e lidar com as emoções, a identificação e redução das orientações agressivas e atribuições hostis, a utilização de estratégias construtivas face ao conflito nas escolas, no contexto familiar e comunitário.

A mediação tem uma perspectiva construtiva do conflito, estimulando a justiça social na comunidade e responsabilizando os seus membros pelos seus problemas e pelo sucesso das respostas sociais por eles geradas. Este é o princípio de confronto e responsabilização pelo conflito que traduz a implementação dos meios de resolução alternativa de conflitos na ERC. De acordo com esta perspectiva, procura-se a participação parental e da comunidade na vida escolar, bem como a generalização à vida comunitária das competências adquiridas no âmbito da ERC, o que deverá refletir-se na desejada diminuição da tensão e violência na comunidade.

A presença de uma terceira pessoa, neutra, sem poder para impor uma solução, confere ao processo um carácter pedagógico, pois as partes mantêm a sua capacidade de atuação e aprendizagem, com vistas à obtenção de um acordo. É um processo ativo para o mediador e, igualmente, para os protagonistas do conflito.

Existem alguns princípios essenciais de atuação, independente do tipo de mediação ou do papel do mediador em que nos situemos. São eles: voluntariedade, confidencialidade, imparcialidade/ neutralidade e independência.

A decisão de partir para uma mediação por parte dos litigantes deve, igualmente, ser um ato livre e voluntário. Este princípio implica que as partes em conflito possam se retirar em qualquer momento, sem problemas.

As partes deverão cumprir com o dever de confidencialidade, mantendo as sessões em segredo. No caso da mediação na área educativa, deve insistir-se no princípio de confidencialidade, quando se procede à formação dos mediadores. A garantia de confidencialidade torna ambas as partes do conflito mais disponíveis para se manifestarem acerca do conflito, para exprimir a forma como o encaram e, por conseguinte, mais aptas para propor alternativas de resolução.

O mediador deve manter-se independente, neutro e imparcial, isentando-se de qualquer sedução tanto das partes como de qualquer outra instância. Deve manter o quanto possível sua identidade, evitando tomar partido.

O êxito de um projeto da mediação escolar depende do envolvimento de todos os atores do contexto escolar. A escola deve desenvolver um contexto de significação propício à mediação. As crianças e jovens estudantes devem ser sensibilizados e treinados para uma cultura de diálogo, de escuta e de pacificação das relações interpessoais, lembrando que o discurso dos educadores e docentes precisa ser coerente com sua postura. Os benefícios para os alunos são muito maiores quando a mediação inclui, além das crianças e jovens (alunos), os pais, educadores e o restante do pessoal escolar e da comunidade.

Morgado e Oliveira (2009) alertam que nas escolas a mediação deve alcançar todos os âmbitos da vida escolar e todos sectores da comunidade educativa: a implementação de um projeto de mediação escolar deve ser o mais abrangente possível. Esta perspectiva de enfoque escolar global de transformação de conflitos se refere à inclusão simultânea das seguintes áreas: o sistema disciplinar (os programas de mediação permitem abordar construtivamente conflitos que se revelam difíceis de resolver); o currículo (o conceito e as técnicas utilizadas no processo de mediação podem ser incluídas no conteúdo curricular); a pedagogia (a utilização de jogos cooperativos, de debates, de workshops temáticos); a cultura escolar (a formação em mediação deve abranger toda a comunidade escolar – docentes e não docentes, pais e alunos, direção da escola, de modo a que todos tenham contato e aprendam técnicas de resolução de conflitos); o lar e a comunidade (é importante abrir o projeto à comunidade, pois muitos dos conflitos que os alunos trazem para a escola têm a sua origem na comunidade envolvente).

A equipe multidisciplinar de mediadores deve ser formada por profissionais devidamente capacitados em mediação de conflitos, com formação nas áreas de psicologia, sociologia, serviço social, pedagogia, entre outras, de modo a desenvolver um conjunto de ações que permitam a concretização dos objetivos do projeto.

As autoras Morgado e Oliveira (2009) citam na sua obra alguns programas de mediação nas escolas, desenvolvidos na Argentina, com bastante sucesso. Tais projetos de implementação da mediação escolar passam por diferentes fases: diagnóstico de necessidades; ações de sensibilização; criação de uma equipe de

apoio; formação e capacitação; seleção e formação de alunos mediadores; implementação e monitoramento do projeto e avaliação do projeto. Essas etapas exigem, para a sua concretização, o trabalho de uma equipe de mediadores capacitados em mediação de conflitos, que possa garantir a transmissão de saberes e práticas inerentes ao exercício da mediação.

O desenvolvimento de uma cultura de mediação na escola implica a formação para a democracia, a educação para a paz e os direitos humanos, a prevenção da violência e a criação de um clima pacífico e saudável que favoreça uma boa convivência escolar.

O projeto instrumentaliza os jovens estudantes, viabilizando-lhes a resolução pacífica e cooperativa dos conflitos, tendo em vista a introdução da mediação no contexto escolar. O processo de transformação e resolução de litígios proporciona aos alunos um conjunto de aptidões para que possam enfrentar de forma positiva e eficaz, no futuro, as situações e desafios da vida cotidiana.

### **3.6 Medidas Governamentais**

Segundo o conceito *wikipediano*, a Educação engloba os processos de ensinar e aprender. É um fenômeno observado em qualquer sociedade e nos grupos constitutivos desta, responsável pela sua manutenção e perpetuação a partir da transposição, às gerações que se seguem, dos modos culturais de ser, estar e agir, necessários à convivência e ao ajustamento de um membro no seu grupo ou sociedade. Enquanto processo de sociabilização, a Educação é exercida nos diversos espaços de convívio social, seja para a adequação do indivíduo à sociedade, do indivíduo ao grupo ou dos grupos à sociedade. Nesse sentido, Educação coincide com os conceitos de socialização e endoculturação, mas não se resume a esses.

Foi dito alhures que a violência é um problema social que está presente nas ações dentro das escolas, e se manifesta de diversas formas entre todos os envolvidos no processo educativo. Isso não deveria acontecer, pois escola é lugar de formação da ética e da moral dos sujeitos ali inseridos, sejam eles alunos, professores ou demais funcionários.

Ações coercitivas representam o poder e o autoritarismo dos professores, coordenação e direção, numa escala hierárquica, estando os alunos no meio dos conflitos profissionais que acabam por refletir dentro da sala de aula.

Além disso, a violência estampada nas ruas das cidades, a violência doméstica, os latrocínios, os contrabandos, os crimes de colarinho branco têm levado jovens a perder a credibilidade quanto a uma sociedade justa e igualitária, capaz de promover o desenvolvimento social em iguais condições para todos, tornando-os violentos, conforme esses modelos sociais. Nas escolas, as relações do dia a dia deveriam traduzir respeito ao próximo, por meio de atitudes que levem à amizade, harmonia e integração das pessoas, visando atingir os objetivos propostos no projeto político pedagógico da instituição.

Levar esse tema para a sala de aula desde os anos iniciais é uma forma de trabalhar com um tema controverso e presente na sociedade, criando oportunidades de reflexão para auxílio na transformação social. A partir de recortes de jornais e revistas, pesquisas, filmes, músicas, desenhos animados, notícias televisivas, dentre outros, os professores podem levantar discussões acerca do tema, com o intuito de criar um ambiente de respeito ao próximo, considerando que todos os envolvidos no processo educativo devem participar e se engajar nessa ação. E muito além das discussões e momentos de reflexão, os professores devem propor soluções e análises críticas acerca dos problemas a fim de que os alunos se percebam capacitados para agir como cidadãos, desde a tenra idade.

Trabalhar a autonomia, a credibilidade e a confiança são formas de mostrar para crianças e jovens que é possível vencer os desafios e problemas que a vida apresenta e que eles são sujeitos históricos e de direitos na construção de uma sociedade de paz.

As consequências da violência são desastrosas para o indivíduo, sua família e para o Estado. Um homicídio registrado numa comunidade causa grande prejuízo sociofinanceiro. Na persecução criminal contra o autor do ilícito, o Estado movimenta toda máquina policial, o Ministério Público, o Poder Judiciário, o sistema prisional, e a sociedade que acaba por arcar com as despesas durante a segregação do cidadão em conflito com a lei. No tocante à vítima, a sociedade suporta o ônus desde os exames de necropsia até o pagamento das verbas indenizatórias a seus familiares (PEREIRA, 2011, p.3).

O mundo todo discute a violência nas escolas. Há quem afirme que a educação hoje é atividade de risco. Porém, a esperança está na escola. A violência é prejudicial a toda sociedade e Pereira (2011) apresenta, como exemplo, uma análise dos encargos financeiros que cabem à sociedade para manter aprisionado um homicida para uma pretensa recuperação. Portanto, há coerência na proposta de, desde muito cedo, a escola trabalhar o tema nas salas de aula, numa ação preventiva.

A Agência Brasil noticiou que, a fim de enfrentar a violência nas escolas brasileiras, o Ministério da Educação assinara, em 20 de setembro de 2012, uma parceria com o Conselho Federal de Psicologia. A parceria tinha em vista um estudo sobre violência nas escolas, elaboração de materiais didáticos e formação de professores para o combate à violência no ambiente escolar.

De acordo com o ministro de educação à época, Aloizio Mercadante, oito universidades também colaborariam com o projeto. Entre os temas que seriam trabalhados dentro das escolas estariam drogas, gravidez precoce, homofobia, racismo, discriminação, *bullying* e *bullying* eletrônico (feito por meio das redes sociais).

O ministro declarou que em torno de 8 mil jovens sofrem constrangimento e que muitas vezes são vítimas de *bullying* na escola. E fala da necessidade de tratar esses temas com responsabilidade e cuidado e enfrentá-los com respeito à diversidade e aos direitos humanos. E defende a solução dos conflitos por meio de diálogo.

Mercadante, nas suas declarações, elege materiais pedagógicos, programas de prevenção e subsídios para aprimorar a prática pedagógica, criação de uma escola mais atrativa, feliz, respeitosa e pacífica como instrumentos de combate à violência na escola.

Alunos sofrem violência por parte de colegas e professores, professores são agredidos por alunos e sofrem assédio moral e muitos, desencantados, abandonam a carreira. As medidas de gestão de conflitos frequentemente não alcançam êxito.

A questão seria como compartilhar esses processos formativos com a suspensão e expulsão de alunos das salas de aula. O assunto é importante e instigante na doutrina brasileira, embora pouco explorado. Há grande discussão nos dias atuais sobre as ferramentas educacionais da suspensão e da expulsão de alunos que cometem desvios de conduta nas escolas (PEREIRA, 2011).

As escolas costumam suspender das atividades escolares alunos que praticam transgressões disciplinares, como agressões aos educadores e tem tal medida disciplinar constante no seu regimento interno. Também se utilizam da medida extrema da expulsão.

No Brasil, Estado Democrático de Direito, todos têm direito à educação por previsão constitucional, cujos princípios também são determinados pela Carta Magna.

Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96, em seu art. 1º, dispõe que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O art. 3º da mesma Lei prevê alguns princípios importantes, como igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, respeito à liberdade e apreço à tolerância, valorização do profissional da educação escolar, gestão democrática do ensino público, na forma da legislação dos sistemas de ensino.

Se comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá a ela ser imputada a prática de crime de responsabilidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90, Capítulo IV, em seu artigo 53, dispõe:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – direito de ser respeitado por seus educadores;

III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;

V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como a Constituição Brasileira, garante à criança e ao adolescente o direito à educação, objetivando alcançar o seu desenvolvimento, o preparo para a cidadania e a qualificação para o trabalho.

Crianças e adolescentes têm direito à igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e o direito de serem respeitados por seus educadores e, como instrumento maior desse desiderato, a Constituição Federal assegura o seu direito de aprender, pesquisar e divulgar seu pensamento.

Sem ter a pretensão de realizar um estudo de doutrinas do direito, é cabível e elementar lembrar que não existem normas constitucionais inconstitucionais – e isso é lógico. Conforme a hierarquia, a Constituição é a lei maior e soberana. O aluno tem o direito à matrícula, à aprendizagem e à permanência na escola. O seu direito deve ser garantido. Fica, então, a dúvida de como agir em caso de agressão sofrida pelo professor. A escola poderia expulsar o aluno agressor do estabelecimento escolar? Ou deveria sair o professor, permanecendo o aluno agressor na escola, em nome do seu direito de permanecer estudando?

Entraria em cena aqui o princípio da proporcionalidade, que indicará o direito que, na situação fática, deverá prevalecer, com exclusão do outro, surgindo a técnica da colisão excludente.

Assim, comprovada a conduta violenta do aluno, aferida por meio de sindicância administrativa instaurada no âmbito educacional, com as garantias do devido procedimento legal, pode e deve a escola expulsar o aluno agressor,

prevalecendo a liberdade de ensinar, de trabalhar, a integridade física e moral daqueles que lutam pelo crescimento da humanidade.

Os regimentos escolares devem deixar claras as regras disciplinares que são aplicáveis aos alunos, no caso de cometimento de infrações. Em determinadas unidades de ensino existem critérios mais rígidos do que os tradicionais colégios. Isso acontece, muitas das vezes, com escolas militares e assemelhadas. No momento da matrícula deve existir uma referência ao regime que será utilizado e a aceitação tem que ser expressa, isto é, escrita. No caso de aluno menor de 18 anos é preciso que ocorra a assinatura também do pai ou responsável, uma vez que o discente é ainda incapaz de praticar todos os seus atos à luz do Direito Brasileiro.

Os regimentos escolares estabelecem punições aos alunos que infringem disposições contidas nos regulamentos dos estabelecimentos de ensino. Há necessidade de ser bem clara a redação das situações que poderão provocar desde uma simples advertência até a exclusão dos alunos. Normalmente, existe uma escala que gradua a pena conforme a falta, entretanto, dependendo da gravidade da situação, a direção pode até fazer sumariamente a exclusão do aluno. Ocorrendo essa decisão, é obrigatória a expedição de guia de transferência. Em caso de aluno menor, é obrigatória a comunicação aos órgãos de defesa da criança e do adolescente, na forma do previsto na legislação.

Alguns julgados acerca da matéria em comento foram analisados e citados por Pereira no seu trabalho de defesa de tese. Entre eles, o Mandado de Segurança contra ato praticado por Diretor da Escola Estadual, concedendo a segurança, a fim de anular o ato de expulsão do impetrante e determinando à autoridade coatora que providenciasse meios para que o aluno concluísse a 1ª série do Ensino Médio. Na inicial, alegou o impetrante que foi aluno da Escola até outubro de 2007, quando foi expulso por ter discutido com o professor de matemática dentro da sala de aula. Sustenta ter sido injusta a expulsão, visto que procedida sem que fosse possibilitada a ampla defesa e sem instauração de procedimento administrativo competente. Aduziu que, em razão da expulsão, ficou impedido de frequentar a escola. O Ministério Público manifestou-se pela concessão da segurança. Sobreveio sentença, concedendo em parte a segurança, para anular o ato de expulsão do impetrante e determinar à autoridade coatora que providenciasse meios de proporcionar ao adolescente a conclusão da 1ª série do Ensino Médio. Tal decisão revela a



necessidade do devido processo legal subsidiar qualquer decisão referente a uma expulsão ou qualquer outra sanção disciplinar aplicada ao aluno.

Ele também fez referência à outra decisão importante do Egrégio TJRS, que mantém expulsão de aluno. O estudante não respeitou as regras de convivência na escola, provocou danos materiais e risco à integridade física dos demais, por isso a 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul entendeu que ele não tem direito líquido e certo de permanecer na escola. O entendimento é por manter a expulsão do aluno da escola e ainda deu um puxão de orelha nos pais do aluno

Segundo Pereira (2011), o Projeto Capacitar, implantado na cidade de Governador Valadares, tendente a multiplicar formadores de opinião, procedeu ao estudo conceitual de violência, criminalidade e transgressão disciplinar à responsabilidade objetiva do Estado por ações e omissões ocorridas no interior dos estabelecimentos educacionais e à instigante e complexa situação da suspensão e expulsão de alunos que cometem agressões contra funcionários de escolas, com citações de posições jurisprudenciais sobre o assunto.

Especificamente sobre a violência no contexto escolar, a Polícia Civil de Minas Gerais, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, promove importante projeto de mediação de conflito no âmbito escolar, com a promoção de cursos de capacitação, um recorte de cunho social e instrumento de prevenção e pacificação no ambiente escolar.

Estudioso do assunto, afirma que o desenvolvimento do projeto visa a alcançar os quatro pilares da Educação, construídos com base no Relatório da UNESCO, instituídos na Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. No relatório editado sob a forma do livro – Educação: Um Tesouro a Descobrir – a discussão dos quatro pilares ocupa todo o Capítulo 4, no qual se propõe uma educação direcionada para os quatro tipos fundamentais de aprendizagem: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser.

A primeira aprendizagem - aprender a conhecer (ou aprender a aprender) -, combina uma cultura geral, suficientemente vasta, com a possibilidade de trabalhar em profundidade um pequeno número de matérias. Significa beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda a vida.

O aprender a fazer visa à qualificação profissional de uma maneira mais ampla, competências que tornem a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Mas também aprender a fazer no âmbito das diversas

experiências sociais ou de trabalho que se oferecem aos jovens e adolescentes, quer espontaneamente, fruto do contexto local ou nacional, quer formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho.

Aprender a viver com os outros representa, hoje em dia, um dos maiores desafios da educação para o século XXI. Atualmente, o mundo é de violência e se opõe à esperança posta por alguns no progresso da humanidade. A história humana sempre foi conflituosa, mas alguns elementos novos acentuam o problema, especialmente, o extraordinário potencial de autodestruição criado pela humanidade. Há necessidade de uma educação que prepare alunos que saibam desenvolver projetos comuns e gerir conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.

A quarta e última grande aprendizagem - “aprender a ser”- tem por objeto a realização completa do homem, em volta à sua riqueza e na complexidade das suas expressões e dos seus compromissos: indivíduo, membro de uma família e de uma coletividade, cidadão e produtor, inventor de técnicas e criador de sonhos. Este desenvolvimento do ser humano, que se desenrola desde o nascimento até à morte, é um processo dialético que começa pelo conhecimento de si mesmo para se abrir, em seguida, à relação com o outro. Neste sentido, a educação é antes de mais nada uma viagem interior, cujas etapas correspondem às da maturação contínua da personalidade. Na hipótese de uma experiência profissional de sucesso, a educação como meio para tal realização é, ao mesmo tempo, um processo individualizado e uma construção social interativa.

## 4 PESQUISA DE CAMPO

### 4.1 Descrição da investigação (relação de escolas pesquisadas)

Para a realização da pesquisa, utilizou-se como critério o conhecimento de realidades escolares diferentes, intencionando identificar possíveis diferenças também quanto à complexidade da violência no ambiente escolar de uma instituição para a outra e sua redução por meio do processo de mediação devido ao fato de serem de localidades diversas. Para isso, selecionou-se 3 (três) escolas: uma central particular, uma de periferia e outra central e estadual.

As entrevistas foram feitas com 2 (duas) professoras de cada instituição selecionada, aplicadas uma a uma pela autora do trabalho nas seguintes datas:

<b>Escola</b>	<b>Data de realização</b>	<b>Tempo de duração</b>	<b>Professoras</b>
Escola Central Particular – E.C.P.	15/04/2014	25 minutos	P1 e P2
Escola Periférica – E.P.	23/04/2014	35 minutos	P3 e P4
Escola Central Estadual –E.C.E.	29/04/2014	25 minutos	P5 e P6

**Quadro 1** –Entrevistas com professoras

**Fonte:** dados da pesquisa.

Todas as educadoras foram extremamente educadas e fizeram questão de responder a todas as perguntas de forma bem completa e participativa.

### 4.2 Entrevistas Aplicadas (metodologia aplicada, perguntas/ respostas e análises)

O estudo inicial deu-se por levantamento bibliográfico de autores do campo da Mediação Escolar, os quais foram buscados na biblioteca da Faculdade Calafiori. Destacam-se: Abramovay (2002), Chauí (2002), Leal (2004) e Zagury (2003). Um levantamento com renomados *sites* científicos também foi realizado para

complementar as pesquisas, cujas palavras-chave foram: educação, mediação e violência.

Outros materiais consultados foram livros e artigos sugeridos pela orientadora do trabalho.

Feita a abordagem teórica e motivada pelas experiências de leitura sobre a mediação escolar, decidiu-se juntamente com a orientadora proceder à pesquisa de campo com professoras de determinadas escolas de São Sebastião do Paraíso – MG, sendo essas identificadas na análise de dados pela letra P acrescida de números referentes à classificação da escola conforme o Quadro 1, buscando perceber como é a violência nessas instituições e a mediação de conflitos. Para essa etapa da pesquisa utilizou-se da técnica da entrevista com questões abertas.

A análise partiu de uma pesquisa descritiva, cuja meta descrever o fenômeno estudado ou as características de um grupo, bem como compreender as relações entre conceitos envolvidos no fenômeno em questão.

Realizou-se uma pesquisa qualitativa, na qual os dados foram coletados por meio da comunicação entre sujeitos e o tratamento dos dados através da interpretação. Para Lakatos (2000, p. 44), a pesquisa qualitativa é aquela que

[...] não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Os dados coletados foram agrupados por categorias pré-selecionadas a partir da estruturação do próprio roteiro de entrevista, a saber:

- a) Concepção do que é violência;
- b) Visão da educadora em relação à violência nas escolas;
- c) Atribuição da violência nas escolas, as causas;
- d) Ocorrência da violência na escola: dentro da sala ou extraclasse. Poder de resolutividade (como foi resolvido);
- e) Ação da professora se num momento de sua aula, alguma ação violenta ocorre(sse) entre alunos;
- f) Violência sofrida no espaço escolar e sua identificação;
- g) O suporte oferecido pela escola de frente à violência;

- h) A mediação da professora diante da violência e seu resultado;
- i) O papel da professora como mediadora de conflitos;
- j) O auxílio da família na mediação escolar.

Abaixo, constam as respostas das entrevistadas, juntamente, a análise das mesmas. Todas as questões serão transcritas na íntegra para que o leitor possa se inteirar clara e completamente da pesquisa realizada.

### **A. Concepção do que é violência**

As professoras entrevistadas, ao serem questionadas sobre o que significa para elas o termo “violência”, responderam cada uma à sua maneira e de forma bem objetiva e clara, como se pode verificar.

P1– “Não respeitar o próximo.”

P2 – “Violência é a dificuldade que um ser tem de verbalizar suas emoções.”

P3 – “A violência pode ser física ou verbal. Muitas vezes a falta de respeito entre as pessoas já representa a violência.”

P4 – “A violência é um problema social que está presente “também” nas escolas, o que não deveria ocorrer por ser a escola um lugar de formação da ética e da moral.”

P5 – “Todo ato que agride física ou moralmente um ser vivo.”

P6 – “Toda forma de ação que não é baseada na resolução pacífica de conflitos.”

As educadoras entrevistadas apontaram o termo “violência” como algo que o ser humano faz que denigre a integridade do outro, como por exemplo, a agressão verbal, a falta de respeito, ou mesmo a agressão física. Portanto, a violência, como a entrevistada P6 disse, “é a ação que não é baseada na resolução pacífica de

conflitos”, é algo que nos oprime, nos causa constrangimento, nos causa fúria e impetuosidade dependendo de como está o nosso estado; enfim, é o ato opressor.

A entrevistada P4 até comentou que tal ato não deveria nunca ocorrer nas escolas, pois é um ambiente de formação de crianças e adolescentes, é um meio onde a ética e a moral se perpetuam (ou deveriam se perpetuar).

Todas as entrevistadas foram unânimes em dizerem que a violência é algo que não é desejado pelo outro e que lhe é imposto pela força concreta.

Como foi apontado no referencial teórico do presente trabalho, o termo violência, em si, é algo extremamente complexo como se pode verificar por meio das citações de Ferreira (1998) e Chauí (2002), pois envolve uma série de circunstâncias em relação ao agente e ao indivíduo que a sofre no dia a dia.

## **B. Visão da educadora em relação à violência nas escolas**

P1 – “Felizmente, na escola em que eu trabalho o ambiente é favorável para que não haja violência.”

P2 – “É um fato que pode acontecer em qualquer lugar e por vários motivos, quando uma das partes se descontrola.”

P3 – “Infelizmente, vem crescendo a cada dia, mas como citei na questão acima a maior violência nas escolas é a falta de respeito, principalmente entre os alunos.”

P4 – “Como algo preocupante, uma vez que não nos sentimos em segurança no ambiente escolar.”

P5 – “Nas escolas em que trabalho não há violência aluno/professor, de vez em quando, algumas brigas “aluno/aluno” no horário de saída. Mas, considero o desrespeito e a falta de educação uma violência para com alunos e professores.”

P6 – “Percebo que a escola reflete a violência da sociedade, na qual está inserida e da própria desestrutura familiar.”

Todas as educadoras apontaram que a violência nas escolas, infelizmente, de uma maneira ou outra, tem ocorrido; apenas a entrevistada P1 disse que essa questão na escola dela até o momento não é presente. Todas as outras comentaram que a violência tem acontecido e vem crescendo de forma preocupante, tanto a violência “apenas” entre aluno/aluno, como a falta de respeito na relação aluno/professor que, segundo a entrevistada P5, gera a violência.

Interessantes foram os dizeres da entrevistada P6, ao comentar que “a violência da sociedade está se refletindo na própria escola, devido ao meio” em que a criança ou adolescente vive.

Assis (2003) também coloca a escola como um espaço de reprodução da cultura da violência, da desigualdade, da exclusão, do privilégio do “eu” em detrimento do “nós”, da tomada de decisões muitas vezes de forma antidemocrática, obstaculizando assim a construção da não-violência, da cidadania, de sujeitos críticos, éticos e transformadores de suas vidas e da sociedade.

### **C. Atribuição da violência nas escolas, as causas**

P1 – “Falta de diálogo. Falta de harmonia em casa, falta de limite.”

P2 – “A violência pode ser atribuída a vários fatores: emocionais, intelectuais, familiares, bem como a própria personalidade do ser.”

P3 – “ - A falta de estrutura da família;

- O meio onde esses alunos vivem;

- E a própria violência que é retratada pela mídia no dia a dia.”

P4 – “Falta de respeito e amor ao próximo; falta de limites em casa; falta de autoridade das famílias; excesso de direitos; impunidade.”

P5 – “Desestrutura familiar, falta de religiosidade e compaixão para com o próximo. Falta de respeito para com o semelhante.”

P6 – “A sociedade violenta em que a escola está atualmente; a ausência de referências positivas na família, baixa busca pela religiosidade.”

A maioria das entrevistadas, dentre as causas que afirmaram serem produtoras da violência, disseram que a família influencia no comportamento violento de crianças e adolescentes nas escolas. Essa influência familiar tanto pode estar ligada à falta de limites colocados pelos pais aos filhos, ou mesmo à falta de estrutura na família.

A família se constitui efetivamente como grupo organizador e preservador de valores e conceitos. Assim, a criança e o adolescente terão como espelho seus pais, ponto de referência para formação de sua personalidade, caráter e preparo para o mundo.

Soares (2006, p. 65) comenta que

[...] por outro lado, a família é formadora de consciência porque o conjunto de papéis sociais que são apresentados aos indivíduos, através da socialização, tem por base uma trama complexa de relacionamentos familiares. Os discursos revelam que a família é um espaço privilegiado para a socialização, divisão de responsabilidade, prática de tolerância, vivência da “reciprocidade” e busca da sobrevivência; lugar inicial para o exercício da cidadania e base de conhecimento sobre responsabilidade social. A responsabilidade transcendendo o nível moral, para um nível mais amplo, é o nome ético da reciprocidade.

Se a família é um espaço propício à socialização, à divisão de responsabilidade, de tolerância e reciprocidade, realmente é no grupo familiar que a criança aprende as primeiras lições de vida cidadã, responsabilidade social e exercício da ética.

Também é exemplo a criança ou adolescente que não possui limites, não possui regras, não lhe é ensinado respeitar outras pessoas a partir de noções de cidadania, de valores sociais, de virtudes e, por isso, sempre busca satisfazer as suas vontades e caprichos e, quando não é atendido prontamente, torna-se violento.

A família tem sido valorizada cada vez mais no âmbito dos programas sociais de enfrentamento das diferentes situações de conflitos que envolvem crianças e adolescentes. Estes programas são bem ancorados no Estatuto da Criança e do Adolescente com o objetivo fundamental de garantir o direito da convivência familiar e comunitária (MIOTO, 2004).

Além da família, segundo a entrevistada P2, há outras causas que levam a criança e o adolescente a serem violentos nas escolas como, por exemplo, “fatores emocionais, intelectuais, familiares, bem como a própria personalidade do ser.”



As causas mencionadas pela professora também foram destacadas durante o presente trabalho (referencial teórico). “Mas, apesar de a violência se manifestar e ocorrer no interior da escola, não é produzida pela própria escola, mas por elementos de fora da mesma, como conflitos sociais, narcotráfico ou mesmo transtornos psiquiátricos sérios, como pânico, depressão, bulimia, compulsão, anorexia, ansiedade generalizada, fobias, psicoses, entre outros, que a criança ou adolescente sofrem. Assim, é extremamente necessário averiguar os tipos de violência pelos quais as crianças ou adolescentes passam ou sofrem, para melhor entender seus reflexos no ambiente escolar.”

Assim, há inúmeras causas que podem ensejar a violência nas escolas. Todas elas irão depender do meio que a criança ou adolescente vive, ou mesmo de algum transtorno que possa ter.

#### **D. Ocorrência da violência na escola: dentro da sala ou extraclasse. Resolutividade (como foi resolvido)**

P1 – “Não”. “Não”.

P2 – “Sim”. “Não”. Recreio.

“Depois de calmos, ambos conversaram e entraram em um acordo.”

P3 – “Sim”. “Sim”. “Na porta da escola”.

“Tenta separar “brigas”; chama-se a família; até mesmo houve a necessidade de chamar a polícia.”

“OBS: Não sei ao certo, pois foi a direção que tomou as providências.”

P4 – “Sim”. “Sim”. “No pátio e na porta da escola.”

“- Promovendo diálogo entre as partes;

- Chamando pais ou responsáveis à escola para conversar sobre o assunto;

- Com a expulsão dos alunos infratores.”

P5 – “Às vezes.” “Não”. “Agressão verbal (sim).” “Violência física (saída – portão da escola).”

“Intervenção de diretor, vice-diretor, professor e até polícia militar.”

P6 – “Sim”. “Sim, de forma verbal”. “Sim”.

“Com a intervenção conciliadora no papel de educadora ou com o apoio da direção em casos mais graves.”

Praticamente todas as entrevistadas disseram que já houve violência na escola em que ministram aulas. Apenas a entrevistada P1 disse que não e a P5 disse que “às vezes”.

A entrevistada P2 disse que a violência que ocorreu em sua escola foi no horário do recreio e que tudo foi resolvido na base da conversa.

A P3 disse que a violência a qual ela pode se reportar, ocorrida em sua escola, foi na porta da instituição. O ato violento foi tamanho que houve a necessidade de chamar a polícia.

Já a P4 disse que a violência na sua escola ocorreu tanto dentro (pátio) e fora do estabelecimento (porta da escola). Os acontecimentos violentos foram resolvidos de três maneiras:

“- Promovendo diálogo entre as partes; chamando pais ou responsáveis à escola para conversar sobre o assunto e com a expulsão dos alunos infratores.”

A entrevistada P5 disse que às vezes sofre agressão verbal dentro da sala de aula e que já houve violência física por parte de alunos/alunos no término das aulas fora da escola. Nas ocorrências houve a “intervenção de diretor, vice-diretor, professor e até polícia militar.”

E a P6 disse que ocorreram dentro da sala e extraclasse atos de violência, em que houve “intervenção conciliadora no papel de educadora ou com o apoio da direção em casos mais graves”.

Como se viu, em duas escolas, houve a necessidade da intervenção policial durante os atos de violência na saída dos alunos, ao término das aulas. Como nos revela Abramovay e Castro (2006, p. 32), “a convivência nas escolas é marcada tanto por violências duras, como agressões físicas, roubos, furtos, quanto por microviolências, ou seja, atos de incivilidade, humilhações e falta de respeito.”

Pereira (2011) cita a Cartilha dos Direitos em Educação do Instituto de Pesquisa e Administração da Educação que esclarece o seguinte:

Os diretores dos estabelecimentos de ensino, públicos ou privados, são responsáveis pela vigilância de tudo que ocorre no interior de suas dependências. Ocorrendo uma agressão física, iniciada por um aluno a outro ou por parte de qualquer integrante da comunidade escolar, deve o diretor promover uma sindicância interna e decidir sobre procedimentos a serem adotados. É legítimo que o gestor do colégio envie ocorrência aos setores policiais para apurar responsabilidades, nos casos mais graves, podendo haver até a condenação criminal do infrator ([www.ipae.com.br/direitoeduca/cart\\_direit\\_educ.htm](http://www.ipae.com.br/direitoeduca/cart_direit_educ.htm) *apud* PEREIRA, 2011, p.2).

Desta forma a intervenção policial diante de agressões físicas e verbais mais graves deve, sim, ser requerida pelo gestor da escola, até para que se evite algo mais sério.

Viu-se também que os atos violentos têm ocorrido nas escolas de São Sebastião do Paraíso – MG, não diferenciando escolas particulares, pública de periferia ou mesmo estadual que se encontra mais central. Tal realidade é conhecida pelo Estado e motivo de preocupação, conforme observamos na citação abaixo.

Até recentemente, as agressões físicas e morais contra professores se concentravam nas escolas dos bairros mais pobres. Hoje, o problema ocorre em quase toda a rede escolar estadual, independentemente do perfil social e econômico dos bairros onde os colégios estão localizados

**E- Ação da professora se num momento de sua aula, alguma ação violenta ocorresse entre alunos.**

P1 – “Paro a atividade que está sendo realizada, tento ouvir ambas as partes e na medida do possível acalmo a situação.”

P2 – “Separaria a ação violenta colocando cada um em um canto para refletirem. Depois, já calmos os colocaria para conversar e entrar num acordo.”

P3 – “Graças a Deus, ainda não passei por essa situação. Mas acredito que caso venha a acontecer, primeiro vou tentar separar e pedir ajuda.”

P4 – “É difícil prever uma reação, mas acho que me sentiria paralisada, pois não fomos preparadas para tais situações, na faculdade não nos ensinam como lidar com isso.”

P5 – “Interviria e os encaminharia à direção da escola.”

P6 – “Tentaria resolver pacificamente o conflito, resgatando valores nobres, como a amizade do grupo, a solidariedade, etc.”

Apenas a entrevistada P4 disse que não saberia como resolver uma situação de ato violento dentro da sala de aula.

As outras entrevistadas disseram que interviriam e tentariam conversar com os dois lados, ou seja, seriam mediadoras de conflitos.

A educadora P4 não está totalmente errada ao afirmar que não está preparada para mediar conflitos:

[...] para que o professor possa mediar conhecimento e ainda relações que se constroem nesse ambiente escolar é preciso que seja capacitado para tanto. Portanto, impossível se pensar a formação de professores na contemporaneidade, sem disciplinas específicas que lhe garantam saber lidar com esses novos paradigmas (GALVÃO, 2004).

Assim, deveria haver cursos para tal ocorrência, ou mesmo disciplinas relacionadas a determinada circunstância, curso que capacite o professor a ser um mediador de conflitos.

O que tem ocorrido é que além do professor, muitas instituições procuram fazer de um aluno, um gestor ou funcionário, desde que capacitado, um mediador. Esse mediador deve ter a capacidade de elaborar e guiar um diálogo entre os envolvidos em um conflito para conseguir resolver de forma calma.

Ainda é importante esclarecer que a mediação não exclui o encaminhamento, se o conflito constituir-se como crime ou ato infracional, ao órgão externo competente, ou seja, a Delegada de Polícia Civil (ZALUAR, 2011).

Desta forma, como se pôde perceber pelas respostas das educadoras entrevistadas, nenhuma está capacitada para mediar conflitos, apenas realizam e realizariam tal feito movidas por “impulso”, usando de intuição diante da violência que ocorreu ou poderá ocorrer na presença delas ou mesmo com elas.

## **F- Violência sofrida no espaço escolar e sua identificação**

P1 – “Nenhuma”.

P2 – “Não.”

P3 – “Agressão verbal.”

P4 – “Apenas verbal, o que já é terrivelmente desagradável.”

P5 – “Sim. Agressão verbal, o que “normalmente” ocorre aluno/professor. Mas nas escolas em que trabalho, isso é totalmente controlável. Nossa relação é muito boa.”

P6 – “Sim, mas de forma bem atenuada, tendo em vista a boa clientela da escola em questão.”

As entrevistadas P1 e P2 não sofreram violência no espaço escolar. Já as outras educadoras sofreram violência verbal, mas nada tão grave quanto à violência física.

De acordo com Zampa (2005 *apud* CHRISPINO, 2007, p. 21), os conflitos que ocorrem com maior frequência na escola se dão entre

[...] alunos e docentes, por: não entender o que explicam; notas arbitrárias; divergência sobre critério de avaliação; avaliação inadequada (na visão do aluno); discriminação; falta de material didático; não serem ouvidos (tanto alunos quanto docentes); desinteresse pela matéria de estudo.

Assim, como foi destacado no Referencial Teórico, 44% dos professores da rede estadual de ensino básico já sofreram algum tipo de violência. As agressões mais comuns são as verbais (39%) e o assédio moral (10%). Interessante notar o assédio moral de alunos em relação aos professores. Já a violência física foi relatada por 5% dos entrevistados. O percentual parece pequeno, mas as agressões cada vez mais colocam em risco a integridade física dos docentes.

## **G - O suporte oferecido pela escola de frente à violência**

P1 – “Sim.”

P2 – “Sim. O melhor suporte é o diálogo.”

P3 – “Muito pouco: a direção, os professores fazem o que podem, mas a bagagem de violências e maus-tratos que nossos alunos trazem é muito grande.”

P4 – “Não, a escola tem muito pouco autonomia para tomar atitudes em relação ao aluno que pela lei está cheio de direitos e poucos deveres.”

P5 – “Suporte da direção existe sim.”

P6 – “Sim. Há intervenção rápida e eficaz quando necessário.”

As educadoras que ministram aulas na Escola particular e Estadual central disseram que o suporte das instituições nas quais trabalham existe e as escolas são presentes e até agem como mediadoras diante de atos de violência que lá ocorrem.

Mas, infelizmente, justamente as educadoras que trabalham na Escola de periferia, onde se necessita mais de apoio pelo fato de nela a violência estar mais acentuada, a escola praticamente não oferece nenhum suporte. Talvez por isso a violência nesta instituição seja mais crítica e permanente.

As escolas com maior nível de organização, com regras claras de comportamento, segurança no seu interior e nas suas imediações, manutenção de um clima de entendimento, política de valorização dos alunos e dos professores, estabelecimento do diálogo, sentimento de pertencimento, poder de negociação entre os diferentes atores e cultivo de vínculos com a comunidade são mais propensas à mudança de situações críticas. Faz-se necessário que a escola

[...] volte a ser um espaço protegido, onde se possa acionar o comprometimento social e incentivar formas de sociabilidade pautadas pelo respeito e pela solidariedade, tornando-a um *locus* privilegiado para o desenvolvimento de programas preventivos, em função do seu potencial estratégico para tecer relações com a comunidade e, especialmente, com a família, e também para

concretizar ações que se pautem pela prevenção e pela solução não-violenta dos conflitos, defendendo, como valores necessários, a tolerância e a solidariedade, por meio de um instrumento extremamente poderoso: o diálogo (BRASIL. 2008. p.10).

#### **H - A mediação da professora diante da violência e seu resultado.**

P1 – “Seria o ideal.”

P2 – “Sim, pois há indivíduos diferentes num mesmo ambiente escolar e muitas vezes o que é permitido em casa para um não o é para outro, orientando todos da mesma forma se obteria resultado.”

P3 – “Em vista do que a gente pode observar pelos jornais e TV, a nossa escola não apresenta alto índice de violência. Acredito que daria resultado sim.”

P4 – “Acho que toda ação no sentido de sanar a violência será bem-vinda, tudo o que for feito para proporcionar a paz é louvável.”

P5 – “Sempre dá resultado nossa ação preventiva, mas é preciso mais interação família/escola para que o trabalho seja bem sucedido.”

P6 – “Sim, embora nessa escola, a violência seja pequena.”

As entrevistadas foram unânimes em dizerem que “algo” deve ser feito pelo professor quanto às ações preventivas de conscientização e repúdio à violência e mediação de conflitos. Que todas as ações positivas dariam um ótimo resultado para sanar a violência.

A esse respeito, o referencial teórico já elencou possibilidades de ações. Enfatizou que levar esse tema para a sala de aula desde os anos iniciais é uma forma de trabalhar com um tema controverso e presente na sociedade, criando oportunidades de reflexão para auxílio na transformação social. Sugeriu atividades com recortes de jornais e revistas, pesquisas, filmes, músicas, desenhos animados, notícias televisivas, dentre outros, os professores podem levantar discussões acerca

do tema, com o intuito de criar um ambiente de respeito ao próximo, considerando que todos os envolvidos no processo educativo devem participar e se engajar nessa ação. E, também, afirmou que, muito além das discussões e momentos de reflexão, os professores devem propor soluções e análises críticas acerca dos problemas a fim de que os alunos se percebam capacitados para agir como cidadãos, desde a tenra idade.

A P5 disse também que para que a violência seja sanada nas escolas, a interação família/escola é demasiadamente importante.

Verificou-se durante a pesquisa que a família é a principal instituição onde a criança e adolescente vivem, portanto os pais devem fazer com que a violência seja extirpada do convívio de seus filhos para que eles, ao chegarem à escola, não atuem com ações violentas, agressões, não tenham disciplina; enfim, tenham virtudes e valores.

### **I - O papel da professora como mediadora de conflitos.**

P1 – “No papel de mediadora tentaria ser mais justa possível, conhecendo ambas as partes, ouvindo e dialogando”.

P2 – “De orientar e tentar intervir antes de acontecer.”

P3 – “Eu tento ser amiga dos meus alunos, converso muito com eles, mas não tenho algo dinâmico que possa resolver esta situação.”

P4 – “Conversar e convencer os alunos de que a violência não compensa, é um mal que sempre afetará os envolvidos, a família e o ambiente escolar.”

P5 – “Intervir com ações preventivas e mediadoras, trabalhar o resgate de valores e tentar trazer mais a família para a escola.”

P6 – “Papel de conciliadora, resgatando a autoestima e os valores das partes envolvidas no conflito, conduzindo a uma resolução pacífica da contenda.”



As entrevistadas P2 e P5 disseram que fariam um trabalho prevenindo a violência, orientando os alunos quanto a valores, buscando trazer a família mais para dentro da escola.

Realmente precaver seria o mais importante em se tratando da violência, pois o fato em si é algo muito desagradável e prejudicial, principalmente ao ambiente escolar, onde professor/aluno e aluno/aluno deveriam conviver em harmonia em prol de um bom conhecimento, de uma aprendizagem mais enriquecida, enfim, em busca de troca de experiências para que a educação tenha mais qualidade.

Assim, é dever de pais e professores contribuir para a formação global de cada criança e adolescente, verificar e prevenir a violência entre eles, tanto de vítimas ou agressores; esse é papel de cada cidadão, pois somente assim no futuro os jovens não cometerão erros graves e nem ao menos sofrerão de algum distúrbio psíquico.

Já as outras entrevistadas interviriam no ato, mediando os conflitos existentes. Fariam um trabalho de acordo com o que houve, resgatando o diálogo entre professor/aluno, conhecendo mais a realidade de cada um para verificar o que realmente deve ser feito em busca da harmonia.

O Estatuto da Criança e do Adolescente é bem claro, toda criança e adolescente precisa de uma educação que garanta o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho. Para isso, devem ser assegurados a crianças e adolescentes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o respeito dos educadores a esses sujeitos, o direito de serem contestados os critérios avaliativos da escola e de se recorrer às instancias escolares superiores para garantir esses direitos; o direito de organização e participação em entidades estudantis; o direito de acesso à escola pública gratuita próxima de sua residência. Para democratizar a informação sobre o que os filhos aprendem ou mesmo o que ocorre com seus eles; pais ou responsáveis devem participar mais da escola por meio de programas e projetos. Podem, para isso, participar das definições das propostas educacionais das escolas (LEAL, 2004).

#### **J - O auxílio da família na mediação escolar.**

P1 – “Na questão de violência, acho que a família tem o papel principal, dialogando e dando exemplos.”

P2 – “A família é a principal chave desta questão, já que na maioria das vezes a violência acontece no próprio ambiente familiar. Uma família estruturada que passa valores não manda para a escola crianças agressivas.”

P3 – “A família, se participasse realmente da vida escolar do seu filho, já diminuiria bastante a violência, mas infelizmente grande parte das famílias não dá apoio nenhum à escola.”

P4 – “Impondo limites aos filhos, acompanhando, efetivamente, a sua vida escolar.”

P5 – “Trabalhando valores, incentivando-os e colocando limites no relacionamento pai/filho. A participação da família na escola é importantíssima.”

P6 – “Sim, apresentando aos filhos, em casa, o próprio bom exemplo da pacificação nas ações do diálogo para resolver conflitos, da tolerância diante das adversidades do dia a dia.”

As entrevistadas foram unânimes em dizerem que a família faz toda a diferença no combate à violência nas escolas: participando mais da vida dos filhos, ou seja, tendo mais tempo para eles; colocando limites nas ações que o filho pode estar realizando, dando melhores exemplos; dialogando mais; trabalhando valores, participando mais da vida escolar da criança ou adolescente. Mas, como declara a educadora P3, a família não tem contribuído muito.

A família, é importante base para a construção da criança e do adolescente. Berço de sua formação pessoal e social. A família se constitui efetivamente como grupo organizador e preservador de valores e conceitos. Assim, eles terão como espelho seus pais, ponto de referência para moldar sua personalidade, caráter e preparo para o mundo .

Uma criança que é impedida do afeto familiar, maternal, que não tem suas necessidades realizadas para o seu desenvolvimento global, sem algo para seguir como facilitador no que se refere a virtudes, valores, princípios éticos; sem segurança, buscará fora de seu lar, na escola ou mesmo na sociedade tudo o que lá não encontra no seu dia a dia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resolução de conflitos na escola é um tema que está em voga, na ordem do dia, gera debate e põe em pauta diferentes convicções sobre como agir no contexto escolar quando os problemas passam pela autoridade e pela disciplina, pela violência e pela intolerância, pela falta de comunicação ou comunicação negativa.

Aprender a gerir e a resolver conflitos através da mediação ajuda a desenvolver a capacidade de tomar decisões, de comunicar de forma positiva e eficaz, de gerar empatia, de estabelecer e manter relações interpessoais, de utilizar as emoções de forma adequada, de utilizar o pensamento crítico e criativo na resolução de problemas.

O processo de mediação de conflitos propõe, ainda, uma abordagem abrangente do contexto escolar, que tenha em conta as necessidades específicas da instituição educativa na qual se vai implementar a mediação, a comunidade em que esta se insere e que permita a participação de todos os envolvidos no processo educativo.

A mediação é uma negociação com a intervenção de um terceiro neutral, baseada nos princípios da voluntariedade das partes, da neutralidade e imparcialidade do terceiro (mediador) e na confidencialidade do processo, a fim de que as partes em litígio encontrem soluções que sejam mutuamente satisfatórias. É também um meio construtivo de resolução de conflitos e oferece, aos envolvidos no conflito, um espaço ideal para desenvolver a capacidade de respeito mútuo, comunicação assertiva e eficaz, compreensão da visão do outro e aceitação da diferente percepção da realidade. Tratando-se de um meio de resolução de conflitos, não litigioso e baseado no consenso, é propício ao desenvolvimento de soluções criativas, preservando a relação entre as partes em conflito. A mediação trabalha a cooperação, o respeito, a identidade e o reconhecimento do outro, sujeito total.

Preparar os atores da comunidade educativa, segundo os princípios da mediação, significa não somente fomentar uma melhor convivência nas escolas, mas potencializar uma sociedade civil ativa e civilizada.

Não é possível mais fechar os olhos para uma realidade em que a sociedade convive com a violência moderna. Há pouco tempo era conhecida tão somente a violência tradicional ou clássica. Hoje, os crimes cibernéticos invadem nossas casas,

nossas empresas. São danos, calúnias, injúrias, estelionatos, uma sorte de constrangimentos e ofensas à imagem das pessoas e das instituições. Evoluímos da corrupção e do peculato para o *bullying*. Passamos da composição, da autotutela, da transação e da jurisdição para a mediação de conflitos, que antes era adstrita ao âmbito da mediação comum, mas que hoje abrange as searas da mediação trabalhista, doméstica, tributária e do contexto escolar.

O trabalho, a princípio, propôs, como objetivo geral, promover o diálogo entre a pesquisa acadêmica e a prática cotidiana nas escolas a respeito da violência, uma questão de urgência social, com o propósito de contribuir para a compreensão da gênese e complexidade da violência no ambiente escolar e para sua redução por meio do processo de mediação. O referencial teórico muito rico e atual, aliado à pesquisa de campo, permitiram o alcance deste objetivo.

Como objetivos específicos, houve a pretensão de discutir a urgência de refletir sobre a questão da violência; evidenciar os diferentes fatores relacionados à violência e identificar as suas influências no clima escolar, nas relações interpessoais estabelecidas e na percepção que se tem sobre a escola; identificar de que forma os membros da comunidade podem, por um lado, ser agentes de manifestações violentas na escola e, por outro, contribuir para que estas não ocorram; verificar como a ocorrência de diversos tipos de violência traz, para dentro da escola, questões macrossociais como a exclusão e as desigualdades econômicas e sociais; desestimular a perpetuação de uma visão naturalizada e banalizada da violência nas escolas, identificando os prejuízos que ela produz no cotidiano escolar e na vida daqueles que dele fazem parte; proporcionar a reflexão sobre as ações necessárias na prevenção e no combate à violência nas escolas e sobre os elementos necessários para tal. Tal pretensão foi alcançada dada à complexidade do fenômeno estudado. Durante sua execução, a pesquisa bibliográfica foi permeada pela constante reflexão relativa à ação do educador, à contribuição da instituição escolar para transformações efetivas da conduta humana e criação da cultura da paz nas escolas.

Viu-se que as Escolas de São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais, nas quais são lotadas as educadoras entrevistadas, estão dentro do número das instituições de ensino em que a violência está presente. Segundo a maioria das educadoras, a violência naquelas instituições tem perpetuado de forma verbal no interior das salas

de aulas e até de forma física no ambiente extraclasse e na porta das escolas. Houve casos em que a polícia teve que intervir junto ao ocorrido.

Constatou-se, diante da pesquisa, que a problematização figurada - se os professores têm um papel consciente na mediação de conflitos escolares - foi plenamente averiguada e respondida. Assim, as entrevistadas foram unânimes em relatar que são extremamente preocupadas quanto à violência e que procuram intervir antes do fato ocorrido, por meio de muito diálogo com os alunos, projetos, aconselhar, transmitir valores, e até agir como mediadoras diante de conflitos ocorridos entre alunos/alunos, mas que a família também deve auxiliar, pois é a chave para que a violência não contamine as escolas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, V. **O que pensam os alunos sobre a escola noturna**. São Paulo: Cortez, 2004.

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. das G. **Violências nas escolas**. Brasília: Brasiliense, 2002.

ABRAMOVAY, M. *et al.*, **Revelando Tramas, Descobrimos Segredos: violência e convivência nas escolas**. 2009. Disponível em: <[http://www.abglt.org.br/docs/Revelando\\_Tramas.pdf](http://www.abglt.org.br/docs/Revelando_Tramas.pdf)> Acesso em: 22 fev. 2014.

ABRAMOVAY, M. & CASTRO, M. **Caleidoscópio das violências nas escolas**. Brasília: Missão Criança, 2006.

ARAÚJO, C. **A violência desce para a escola: suas manifestações no ambiente escolar e a construção da identidade dos jovens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

ASSIS, F. A escola da não violência. **Revista mundo jovem**, ano 61, n. 340, set. 2003.

ASSIS, S. G. de e SOUZA, E. R. de **Criando Caim e Abel - Pensando a prevenção da infração juvenil**. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81231999000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231999000100011)> Acesso em: 16 fev. 2014.

BATTAGLIA, Maria do Céu Lamarão. **Mediação escolar: uma metodologia de aprendizado em administração de conflitos**. 2004. Disponível em <<http://www.rogeria.com/battaglia/mediac01.htm>> Acesso em 8 abr. 2013.

BOCK, A.; FURTADO, O. e TEIXEIRA, M. **Uma introdução ao estudo de Psicologia .O Behaviorismo**. São Paulo: Saraiva, 1992.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1988.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_. **Violência, Mediação e Convivência na Escola**. IN Temas contemporâneos em educação. Salto para o Futuro. Ano XVIII boletim 09. Brasília: MEC/SEAD, Junho de 2008.

CANO, I.; SANTOS, N. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

CARRARA, S. & VIANNA, A. **A Violência Letal contra Homossexuais no Município** do Rio de Janeiro: características Gerais. 2006. Disponível em: <

Disponível em: <[www.ciudadaniasexual.org/publicaciones/1b.pdf](http://www.ciudadaniasexual.org/publicaciones/1b.pdf)> Acesso em: 16 fev. 2014.

CARRENHO, E. *Depressão tem luz no fim do túnel*. Nova Friburgo, RJ: Editora Vida, 2007. In **Trabalho apresentado no VII Fórum Brasileiro da ACP**, Nova Friburgo, RJ, 2007.

CARVALHO, J. S. F. **Ética e Cidadania**: Construindo Valores na Escola e na Sociedade. Brasília: MEC, 2007.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2002.

COSTA, C. **Sociologia**: Introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2001.

CHRISPINO, Álvaro. **Gestão do conflito escolar**: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362007000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362007000100002)> Acesso em: 10 abr. 2014.

CRESCENZO, Luciano de. **Pensador**. 2014. Disponível em: <<http://pensador.uol.com.br/frase/NzlxNDY2/>> Acesso em: 10 abr. 2014.

FAUSTO-NETO, A. M. Q. **Família operária e reprodução da força de trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1982.

FERNANDES, L. Escola e violência no Estado securitário. In **Psicopedagogia e Orientação educacional**. Rio de Janeiro: EAD, 2005.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 14. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

GAMBOGE, R. *et al.* Agenda Setorial/2011/Sistema Operacional Defesa Social. **Relatório de Execução do Item Projeto MEDIAR**. 1ª Entrega Intermediária. Belo Horizonte: Superintendência de Investigações e Política Judiciária/Polícia Civil de Minas Gerais, Junho de 2011.

GALVÃO, I. **Cenas do cotidiano escolar**: conflitos sim, violência não. Petrópolis: Vozes, 2004.

GUIMARÃES, E. **Violências nas escolas**: o contexto do tráfico de drogas. 2005. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/215810Debateviolencia.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2014.

GUIMARÃES, A. **Preconceito e discriminação**: queixas e ofensas de tratamento desigual dos negros no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUSTIN, M. B. de S. **A cidade ilegal: espaço de anulação da cidadania.** In: BRANDÃO, C. A. L. (org.). *As cidades da cidade.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

IPEA. Disponível em: < [www.ipea.gov.br/](http://www.ipea.gov.br/)> Acesso em: 12 mar. 2014.

Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, de 12 de maio de 2013.

LEAL, C. B. **A Delinquência Juvenil; Seus Fatores Exógenos e Prevenção.** Rio de Janeiro: AIDE, 2004.

LONGO, M. Violência e medo rondam as escolas. **O Popular.** Goiânia, 2008.

LOUREIRO, A. C. A. M.; QUEIROZ, S. S. de. **A concepção de violência segundo atores do cotidiano de uma escola particular: uma análise psicológica.** 2005. Disponível em: < <http://pepsic.bvs-psi.org.br>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

MACHADO, C. S. A inter-relação das drogas com a violência nas escolas. In: MEDRADO, H. (Org.) **Violência nas escolas.** Sorocaba: Minelli, 2008.

MARQUES, R. **O livro das virtudes de sempre.** São Paulo: Asa, 2000.

MINAS GERAIS. **Curso Mediação Escolar.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação, 2011.

MIOTO, R. C. T. **Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar.** In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (Orgs.) *Política social, família e juventude: uma questão de direitos.* São Paulo: Cortez, 2004.

MOORE, C.W. **O Progresso de Mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos.** 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Progresso de Mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos.** Porto Alegre: ARTMED, 2004.

MORAIS, A. L. de O. **As crianças e a violência na Televisão.** Disponível em: < [http://www.ipv.pt/forumedia/3/3\\_fe5.htm](http://www.ipv.pt/forumedia/3/3_fe5.htm)> Acesso em: 10 fev. 2014.

MORGADO, C.; OLIVEIRA, I. **Resolução Alternativa de Conflitos.** Coimbra: Exedra/JURISolve, 1.junho, 2009

MUSZKAT, M. E. **Mediação de conflitos: pacificando e prevenindo a violência.** São Paulo: Summus, 2003.

OLIVEIRA, R. L. Q. **O menor infrator e a eficácia das medidas sócio-educativas.** Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 162, 15 dez. 2003. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/4584>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

ODALIA, N. **O que é violência.** São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1985.



PASCOAL, R. O perfil do mediador de conflitos na escola. **Revista Gestão Escola**. 2013. Disponível em: <<http://gestaoescolar.abril.com.br/comunidade/perfil-mediador-conflitos-escola-750645.shtml>>> Acesso em 04 abr. 2014.

PELUSO, V. de T. P. **Sociedade, massa media e direito penal: uma reflexão**. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo, ano 10, n. 39, julho-setembro de 2002.

PEREIRA, J. B. **A violência e a criminalidade no ambiente escolar**. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 3087, 14 dez. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/20627>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

PEREZ, J. R. R. **Políticas sociais de atendimento às Crianças e aos adolescentes no Brasil**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1740140.pdf>> Acesso em: 20 set. 2011.

REVISTA EDUCAREDE. **Pesquisa “Bullying no Ambiente Escolar” apresenta raio-x das agressões entre estudantes brasileiros**. 2009. Disponível em: <[http://www.educared.org/educa/index.cfm?pg=revista\\_educarede.especiais&id\\_especial=521](http://www.educared.org/educa/index.cfm?pg=revista_educarede.especiais&id_especial=521)> Acesso em 08 fev. 2014.

RISKIN, L. **Compreendendo as orientações, estratégias e técnicas do mediador: um padrão para iniciantes**. Brasília: Brasília Jurídica, 2001. V. 1.

SAMPAIO, L. R. C.; NETO, A. B. **O que é mediação de conflitos**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SILVA, A. B. B. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SIX, J.F. **Dinâmica da mediação**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SKINNER, B. F. **Beyond freedom and dignity**. New York: Alfred A. Knopf. 1977.

SOARES, L. T. **O desastre social**. Rio de Janeiro, Record, 2006.

SOUZA, M. R. de. **Violências na escola: causa e consequências**. 2008. Disponível em: <<http://www.faculdadealfredonasser.edu.br/files/pesquisa/Artigo%20VIOL%C3%8ANCIA%20NAS%20ESCOLAS%20-%20CAUSAS%20E%20CONSEQU%C3%8ANCIAS.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2014.

STAINBACK, S. e STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

TRASSI, M.L. **Adolescência-violência: desperdícios de vidas**. São Paulo: Cortez, 2006.

UNESCO. **Lidando com a violência nas escolas**: o papel da UNESCO/Brasil. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001322/132251por.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2014.

VALENCIANO, M. C. M. **O pensamento, valores e expectativas de adolescentes institucionalizados**: um estudo realizado na Unidade Educacional e de permanência 5 FEBEM –Batatais/SP. Franca: UNESP: FHDSS, 2001.

VEZZULLA, C. J. **Teoria e prática da mediação**. Curitiba: Instituto de Mediação, 1995.

VIANA, N. **Educação, cultura e sociedade**: abordagens críticas. Goiânia: Germinal, 2002.

ZAGURY, T. **Limites sem trauma**. 49.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. **O adolescente por ele mesmo**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.  
ZALUAR, A. e LEAL, M.C. "Cultura, educação popular e escola pública". **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, Fundação Cesgranrio, 4, 11, abril-junho, 1996.

ZALUAR, A. **O contexto social e institucional da violência**. Disponível em: < [www.imss.uerj.br/nupevi/artigos\\_periodicos/contexto.pdf](http://www.imss.uerj.br/nupevi/artigos_periodicos/contexto.pdf)> Acesso em: 12 abr. 2014.

## ANEXO



- Escola: \_\_\_\_\_
- Localidade: \_\_\_\_\_
- Vinculação ao sistema educacional (estadual, municipal ou privada): \_\_\_\_\_
- Professor (a) entrevistado(a): \_\_\_\_\_

1. Na sua concepção, o que é violência?

---

---

---

---

---

2. Você, como educadora, como você vê a violência nas escolas?

---

---

---

---

---

3. Em sua opinião, a que pode ser atribuída a violência nas escolas, ou seja, quais seriam as suas causas?

---

---

---

---

---

4. Já ocorreu violência em sua escola? \_\_\_\_\_

Na sala de aula? \_\_\_\_\_

Em que ambiente extraclasse? \_\_\_\_\_

Como foi(ram) resolvida(s) a(s) situação(ões)? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

5. Como você agiria se, num momento de sua aula, alguma ação violenta ocorresse entre alunos?

---

---

---

---

---

6. Você já sofreu alguma violência no espaço escolar? Como por exemplo, agressão verbal, empurrão, maledicências, ameaça, intimidação, dano a um bem material, ou mesmo agressão física.

---

---

---

---

---

7. Você acha que a escola oferece suporte para lidar com a violência?

---

---

---

---

---

8. Acredita que, como educadora, se trabalhasse ações preventivas, de conscientização e repúdio à violência por meio de oficinas, palestras, cursos, reuniões, projetos e leituras, ou seja, agisse como mediadora de conflitos na sua escola, daria resultado?

---

---

---

---

---

9. Como mediadora de conflitos na sua escola, qual seria o seu papel?

---

---

---

---

---

10. A família poderia auxiliar na mediação escolar em se tratando da violência? Como?

---

---

---

---

---

#### **Referências:**

ABRAMOVAY, Mirian; RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Unaid, Banco Mundial, Usaid, Fundação Ford, Consed, Undime, 2002.

ASSIS, F. A escola da não violência. **Revista mundo jovem**, ano 61, n. 340, set. 2003.

BREITMAN, Stella; PORTO, Alice C. **Mediação familiar: uma intervenção em busca da paz**. Porto Alegre: Criação Humana, 2001.